



**SOCIEDADE EDUCACIONAL VALE DO TAPAJÓS
FACULDADE DO TAPAJÓS**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ITAITUBA/2011

01 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Sociedade Educacional do Vale do Tapajós, mantenedora da Faculdade do Tapajós é uma instituição de ensino superior isolada, credenciada pelo Ministério da Educação, através da portaria MEC nº 2.286 de 30/06/2005, de Direito Privado, com sede em Itaituba (PA). Foi constituída em 11 de abril de 2003, por um grupo de empresários e educadores catarinenses de Pinhalzinho. O Plano de Desenvolvimento Institucional e os projetos de autorização dos cursos de Administração em Comércio Exterior, Marketing, Recursos Humanos, foram protocolados em 2003 e, posteriormente, em 2007, o de Ciências Contábeis. Em 2005, a Faculdade do Tapajós, devidamente credenciada, realizou o primeiro processo seletivo para o curso de Administração e suas ênfases. Em 2012 foi autorizado o curso de Pedagogia, funcionando com duas turmas e várias especializações nas áreas de Administração, Educação e Ciências Contábeis.

O nome Faculdade do Tapajós surgiu em 2005, como uma homenagem ao Rio Tapajós que banha a cidade de Itaituba, símbolo de força da natureza, de trabalho de pescadores, viajantes, estivadores, comerciantes, um marco econômico e sociocultural de toda a região, excelência no cenário tapajônico e amazonense. Os responsáveis pela instituição são profissionais empresários e professores com experiência no ensino superior, com o compromisso de oferecer ensino de qualidade a custos acessíveis, já comprovado pela inserção dos cursos acima mencionados.

02 CONTEXTO EDUCACIONAL

A educação vem assumindo, nos últimos anos, a condição de requisito fundamental para a inserção dos sujeitos, não apenas no mercado de trabalho atendendo as exigências para atuação profissional, mas ao mundo do trabalho, no sentido de atender a formação dos indivíduos em suas múltiplas dimensões humana, social, cultural, política e econômica. Assim, a educação torna-se um instrumento de formação para a cidadania, o que possibilita ir além de uma lógica meramente instrumental, em direção a um compromisso com a formação unilateral dos sujeitos.

O contexto educacional da Faculdade do Tapajós - FAT vincula o processo educativo com as atividades econômicas e culturais da comunidade, integrando

educação/cultura popular, educação/trabalho/organização, como referência na elaboração de metodologias em educação para as ciências sociais aplicadas.

Bacharel em Ciências Contábeis é o título concedido ao concluinte do presente curso, que prioriza desenvolver com competências os direitos e obrigações da profissão contábil, sendo preparado para tal, através da vivência e experimentação do conhecimento teórico, ofertado na graduação, à prática do cotidiano das organizações, quer seja em atividades nas áreas de contabilidade geral, planejamento tributário, análise financeira, direção ou gerência administrativa, auditoria interna e controladoria, entre outras

A IES está localizada no município de Itaituba, às margens do Rio Tapajós, 1000 Km de Belém, capital do Pará, com 62.01 quilômetros quadrados, estando ainda entre os maiores municípios do Brasil. De acordo o IBGE Itaituba passou de 96 mil para 127 mil habitantes em 2000. A fundação de Itaituba coincide com a conquista do Tapajós na época do ciclo da borracha, tornando-se um grande entreposto comercial onde se alicerçou inicialmente nesta economia, onde os comerciantes tinham papel relevante com expressiva produção financiada e repassada não apenas para a região do Tapajós, mas para toda a Amazônia. Passado o *boom* da borracha, a região entrou em declínio econômico, mas com a descoberta do ouro no Rio das Tropas em 1958, por Nilson Pinheiro, Itaituba vivenciou um grande fluxo migratório promovendo um inchaço populacional. Este inchaço populacional e a falta de infraestrutura e serviços, contribuiu para o aumento da violência social, e em virtude do processo extrativista aurífero que tinha leis próprias, uma vez que as desavenças pelo uso da terra a ser explorada era resolvido pelas armas, a violência passou a fazer parte do cotidiano das pessoas de forma bem intensa. Nesse sentido, a prioridade era o acúmulo do capital aurífero, e os frutos da riqueza gerada era empregue em outras regiões.

Nos anos 70, 80 e meados de 90, não houve investimentos públicos em saneamento, saúde, educação, por exemplo, e somente em final da década de 90, o poder público municipal passa a investir na qualificação de professores,

Expressivos esforços foram feitos, transformando a realidade educacional e a cada novo ganho em termos de qualificação de professores atuantes na rede escolar, abertura de escolas, inserção de cursos através das instituições criadas, percebeu-se uma grande diminuição da violência social, mudando as perspectivas de vida, trabalho, percepção da realidade e reacomodação cultural. Hoje, além de uma

eficiente rede municipal de ensino, a cidade conta com uma Escola Técnica, o Instituto Federal do Pará, instituições de ensino privado que ofertam cursos superiores, como a Faculdade do Tapajós-FAT, dentre outras.

A rede pública do ensino básico está presente nas zonas urbana e rural, sendo que esta última é territorialmente bastante extensa, havendo comunidades que ficam distantes da sede cerca de 500 km, como a comunidade do Cripurizão, área garimpeira de difícil acesso, sendo necessárias treze horas de viagem de ônibus. Outras, localizam-se em comunidades ribeirinhas, com acesso pelo rio, havendo grande necessidade de professores morando nestas localidades.

O curso de Ciências Contábeis justifica-se por uma demanda reprimida no interior do Estado, onde a grande maioria dos profissionais são técnicos e ainda outros só possuem a prática adquirida nos escritórios, sem registro do CRC. É preciso que se diga que em razão da explosão econômica pela qual passa o município, com muitas empresas de pequeno, médio e grande porte se estabelecendo por conta do Pólo Hidrelétrico Tapajós e dos Portos Graneleiros, o exercício da profissão contábil torna-se necessário desde o processo de legalização deste empreendimento até a consecução e manutenção de suas atividades operacionais.

03 OBJETIVOS DO CURSO

3.1 GERAL

Formar contadores, capacitados e qualificados ao exercício profissional, dotados de senso analítico e crítico, orientados pelos valores morais de nossa sociedade e pela instituição, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento das sociedades, com competência técnico-acadêmica da profissão.

3.2 ESPECÍFICOS

O Curso se propõe, entre outros, alcançar, prioritariamente, os seguintes objetivos específicos:

a) Proporcionar visão ampla e abrangente dos sistemas de informações contábeis gerenciais, habilitando o aluno a compreender, analisar e processar essas informações, incentivando-o a agir dentro dos princípios éticos, morais e legais.

b) Promover o bom relacionamento humano, dotando o aluno de competências e habilidades que viabilizem os agentes econômicos e seus prepostos, o pleno cumprimento de responsabilidades perante a sociedade.

c) Capacitar e preparar o aluno na assimilação da cultura e dos objetivos organizacionais, de interpretar tendências de mercado, sem perder a consciência e a dimensão das questões éticas, humanas e sociais.

d) Prepará-los para a compreensão das especialidades da profissão contábil, tornando-os capazes de absorver as informações necessárias para se tornarem especialistas em qualquer uma das áreas de ação desta profissão.

e) Oferecer formação humanística adequada ao exercício profissional, habilitando-o a uma compreensão do meio em que vive, seja social, político, econômico ou cultural.

04 FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICO

Os fundamentos teórico-metodológicos do curso de Ciências Contábeis Faculdade do Tapajós norteia-se pela existência de quatro eixos: (1) o processo de ensino e aprendizagem, (2) o planejamento pedagógico, (3) a prática pedagógica e (4) avaliação dos alunos e da instituição.

No primeiro eixo, o processo de ensino e aprendizagem, busca-se no curso que os docentes e alunos compreendam que a aprendizagem deve provocar mudanças efetivas no comportamento dos alunos, ampliando mais e mais os seus potenciais, percebendo a relação entre o que está aprendendo e a sua vida, mesmo considerando que os alunos aprendem de maneiras diversas.

Dessa maneira, o processo de construção do conhecimento não deve ser engessado por regras do tipo memorizar-aplicar, mas sim pela compreensão e ampliação de conteúdos que tragam mais referências para formar as analogias necessárias ao aprendizado através de um processo de compreensão conceitual e reflexão sobre os mesmos.

Para se compreender o processo de construção do conhecimento, deve estimular múltiplas dimensões: cognitiva, social, emocional, biológica, etc. Destaca-se a importância da interação social ativa dos alunos como elemento importante na construção do conhecimento.

Desse parâmetro nasce a importância de que, em todas as aulas, as atividades interativas seja parte sempre presente, propostas a partir de estudos de casos e apresentação de problemas que tenham como base conhecimentos prévios para a realização das atividades.

Essa abordagem sócio-interacionista para a aprendizagem acontece porque acelera a internalização de conhecimentos, a partir de processos anteriores de troca numa dimensão coletiva. Segundo Vigotsky, a aprendizagem deflagra vários processos internos de desenvolvimento mental, que tomam corpo somente quando o sujeito interage com objetos e sujeitos em cooperação.

Passando ao segundo eixo, nada se faz bem, sem que haja planejamento. Desde o simples ato de atravessar uma rua, quando se olha para os lados para se evitar atropelamentos, até as atividades mais complexas. É neste

contexto que se enquadra este PPC, que é o planejamento geral do curso de Ciências Contábeis da Faculdade do Tapajós. Mas este PPC ultrapassa a mera elaboração de planos, que normalmente só se prestam a cumprir exigências burocráticas, a buscar uma direção e um sentido para o curso. É uma ação intencional, com um sentido explícito, que é o de ofertar um curso de Ciências Contábeis que desenvolva nos alunos algumas virtudes importantes e caras para a nossa sociedade, como a honestidade, o bem servir, a postura ética, o respeito à comunidade e ao meio ambiente e à diversidade étnica, ou seja, a intenção da instituição é formar um cidadão participativo, responsável, comprometido, crítico e criativo. Cabe ressaltar que esta é uma tarefa que exige comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo: professores, funcionários, alunos, seus pais e a comunidade como um todo.

O planejamento, do ponto de vista estratégico, não é outra coisa senão a ciência e a arte de construir maior governabilidade aos nossos destinos. Neste ponto insere-se o terceiro eixo, a prática pedagógica. Um dos grandes desafios de quem se propõe a ser mediador do conhecimento [docente] é a possibilidade e a capacidade de desenvolver estratégias diversas de ensino. Esta realidade é consequência de outra, que é o fato de que as pessoas são diferentes umas das outras, o que faz com que seja inadequado um professor utilizar sempre o mesmo e único método de ensino. É de fundamental importância que ele esteja atento às circunstâncias, adaptando seu procedimento conforme a situação e as pessoas envolvidas.

Finalmente, no quarto eixo, fechando todos os anteriores, temos o processo avaliativo. As avaliações de desempenho dos alunos parte do pressuposto de que se deparar com dificuldades é inerente ao ato de aprender. Assim, o diagnóstico de dificuldades e facilidades deve ser compreendido não como um veredicto que irá culpar ou absolver o aluno, mas sim como uma análise da situação escolar atual do aluno, em função das condições de ensino que estão sendo oferecidas.

Nestes termos, são resultados típicos das avaliações de desempenho analisá-las para determinar que problemas o aluno vem enfrentando, por que não conseguiu alcançar determinados objetivos e a qualidade do processo de aprendizagem desenvolvido. A avaliação escolar deve ser empregada para aperfeiçoar

o ensino. A avaliação escolar exige também que o professor tenha claro, antes de sua utilização, o significado que ele atribui a sua ação educativa.

05 PERFIL DO FORMANDO EGRESSO/PROFISSIONAL

O perfil desejado para os egressos do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade do Tapajós foi estruturado a partir de subsídios das Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução nº. 10 CNE/CES, de 16/12/2004), a qual sugere que estes deverão ao final do curso estar dotados de competências e habilidades que os tornem aptos a atenderem as demandas dos agentes econômicos e gestores patrimoniais, favorecendo o pleno cumprimento de sua responsabilidade de prestar contas da gestão perante a sociedade.

Logo, deverá o profissional graduado em Ciências Contábeis pela FAT:

- a) Ter uma visão global quanto às questões científicas, técnicas, sociais, econômicos e financeiros, em âmbito nacional e internacional e suas influências nas alterações patrimoniais, nos diferentes modelos organizacionais;
- b) Ter uma visão dinâmica da empresa, pela interpretação dos registros das mutações patrimoniais;
- c) Possuir pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas;
- d) Servir de apoio à administração superior (pelo conhecimento de técnicas estatísticas e de economia de mercado e pela visão financeira e de produção) os processos decisórios e de controladoria, revelando capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação;

- e) Colaborar por meio da sugestão de metas e estratégias, para que a empresa alcance os seus objetivos (que poderão incluir a maximização do lucro) e sua maior participação social da coletividade.

06 PRINCIPAIS HABILIDADES E COMPETÊNCIAS ADQUIRIDAS PELOS GRADUADOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FACULDADE DO TAPAJÓS:

- a) Utilizar, de forma correta a linguagem contábil e atuarial, sob a abordagem da teoria da comunicação;
- b) Desenvolver visão sistêmica, holística e interdisciplinar da atividade contábil;
- c) Elaborar relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, quaisquer que sejam os modelos organizacionais;
- d) Articular, motivar e liderar equipes multidisciplinares para a captação de dados, geração e disseminação de informações contábeis, com reconhecido nível de precisão;
- e) Utilizar raciocínio lógico e crítico-analítico para a solução de problemas;
- f) Gerar de informações para a tomada de decisão, organização de atitudes e construção de valores orientados para a cidadania.
- g) Aplicar adequadamente a legislação inerente às funções contábeis;
- h) Exercer suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, que viabilizem aos agentes econômicos e aos administradores de qualquer segmento produtivo ou institucional o pleno cumprimento de seus encargos quanto ao gerenciamento, aos controles e à prestação de contas de sua gestão perante a sociedade;

- i) Desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, revelando capacidade crítico analítica para avaliar as implicações organizacionais com a tecnologia da informação;
- j) Exercer com ética e proficiência as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas por meio da legislação específica, revelando domínios adequados aos diferentes modelos organizacionais.

07 CURRÍCULO PLENO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

1º PERÍODO				
Cód.	Disciplinas	Créd.	C.H.	Formação
	Matemática Aplicada	4	80	Básica
	Comunicação Empresarial	4	80	Básica
	Contabilidade Básica I	2	40	Profissional
	Administração	4	80	Básica
	Sociologia Geral e Organizacional	4	40	Básica
	Psicologia Geral e Organizacional	2	40	Básica
TOTAL DO PERÍODO		20	360	-
2º PERÍODO				
Cód.	Disciplinas	Créd.	C.H.	Formação
	Contabilidade Básica II	4	40	Profissional
	Tecnologia da Informação	2	40	Básica
	Instituição de Direito Público e Privado	4	80	Básica
	Matemática Financeira	4	80	Básica
	Teoria Geral da Contabilidade	4	80	Profissional
	Metodologia Científica	2	40	Básica
TOTAL DO PERÍODO		20	360	-
3º PERÍODO				
Cód.	Disciplinas	Créd.	C.H.	Formação
	Estrutura das Demonstrações Contábeis I	2	40	Profissional
	Economia	4	80	Básica
	Contabilidade Intermediária I	4	40	Profissional
	Direito Comercial e Legislação Societária	4	80	Básica

	Direito Trabalhista e Legislação Social	4	80	Básica
	Filosofia e Ética	2	40	Básica
TOTAL DO PERÍODO		20	360	
4º PERÍODO				
Cód.	Disciplinas	Créd.	C.H.	Formação
	Estrutura das Demonstrações Contábeis II	4	40	Profissional
	Contabilidade Intermediária II	2	40	Profissional
	Contabilidade Societária	4	80	Profissional
	Contabilidade de Custos	4	80	Profissional
	Perícia, Avaliação e Arbitragem	4	80	Profissional
	Contabilidade Avançada I	2	40	Complementar
TOTAL DO PERÍODO		20	360	-
5º PERÍODO				
Cód.	Disciplinas	Créd.	C.H.	Formação
	Apuração e Análise de Custos	4	80	Profissional
	Estatística e Cálculo Atuarial	2	40	Básica
	Direito e Legislação Tributária I	4	40	Básica
	Auditoria I	2	40	Profissional
	Análise das Demonstrações Contábeis	4	80	Profissional
	Contabilidade Avançada II	2	40	Complementar
TOTAL DO PERÍODO		18	320	-
6º PERÍODO				
Cód.	Disciplinas	Créd.	C.H.	Formação
	Auditoria II	4	80	Profissional
	Contabilidade e Orçamento Público	4	80	Profissional
	Mercado de Capitais	2	40	Profissional
	Sistemas de Informações Gerenciais	2	40	Profissional
	Análise de Projetos e Orçamento Empresarial	4	80	Profissional
	Direito e Legislação Tributária II	2	40	Complementar
	Estágio Supervisionado I – Laboratório	6	100	Teórico Prática
TOTAL DO PERÍODO		24	460	-
7º PERÍODO				
Cód.	Disciplinas	Créd.	C.H.	Formação
	Controladoria I	4	40	Profissional
	Contabilidade Internacional	4	80	Profissional
	Finanças Empresariais	4	80	Profissional
	Planejamento e Contabilidade Tributária	4	80	Profissional
	Trabalho de Conclusão de Curso I	4	40	Complementar
	Estágio Supervisionado II – Laboratório	6	120	Teórico Prática

TOTAL DO PERÍODO		26	440	-
8º PERÍODO				
Cód.	Disciplinas	Créd.	C.H.	Formação
	Controladoria II	4	40	Profissional
	Contabilidade Sócio-Ambiental	4	40	Profissional
	Contabilidade rural	4	80	Complementar
	Libras	2	40	Optativa
	Contabilidade Social	2	40	Optativa
	Contabilidade Ambiental e Sustentabilidade	2	40	Optativa
	Trabalho de Conclusão de Curso II	4	40	Complementar
	Estágio Supervisionado III-Laboratório	6	120	Teórico Prática
TOTAL DO PERÍODO		28	440	-
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO				
Descrição			Carga Horária H/A	
Conteúdo de Formação Básica			920	
Conteúdo de Formação Profissional			1.440	
Conteúdo de Formação Complementar			280	
Estágio Supervisionado			340	
Atividade Extra Complementar			100	
Optativa - Libras			40	
Optativa - Contabilidade Social			40	
Optativa - Contabilidade Ambiental e Sustentabilidade			40	
Total Geral			3.200	

08 EMENTAS E BIBLIOGRAFIA

MATEMÁTICA APLICADA
EMENTA
Funções de 1º e 2º grau. Conjuntos e Subconjuntos. Matrizes e Sistemas Lineares. Limites e Continuidades. Função polinomial, logarítmica e exponencial. Limites, derivadas e integrais. Aplicações em administração.
OBJETIVOS
Compreender os conceitos matemáticos básicos e o seu significado prático aplicados às necessidades da Ciência Contábil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

-Funções

Conceitos
Representação gráfica
Funções usuais
Estudo da reta
Eixo das coordenadas

-Sistemas Lineares

Equação linear

-Limites

Conceito
Limite de uma função num ponto
Cálculo de limites
Continuidade de uma função
Aplicação do estudo de limites

-Derivadas

Conceito
Função derivada
Regras de derivação
Aplicação do estudo de derivadas

-Diferencial

Definição e generalidades
Diferencial de uma função

-Integral

Definição e generalidades
Integral definida
Integral indefinida
Primitiva de uma função
Cálculo de área

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MUROLO, Afrânio; BONETTO, Giacomo. **Matemática aplicada a Administração, Economia e Contabilidade**. São Paulo: Thomson Pioneira, 2004.

SILVA, Sebastião M. *et al.* **Matemática básica para cursos superiores**. São Paulo: Atlas, 2002.

WEBER, Jean E. **Matemática para Economia e Administração**. 2. ed. São Paulo: Harbra, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBONI, Ayrton; PAULETTE, Walter. **Fundamentos de Matemática: Cálculo e Análise**. São Paulo: LTC S.A., 2007.

GOLDSTEIN, Larry J. *et al.* **Matemática Aplicada: Economia, Administração**. 10. ed. São Paulo: Bookman, 2004.

HARIKI, Seiji. **Matemática Aplicada: Administração, Economia, Contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003.

MORETTIN, Pedro A.; HAZZAN, Samuel; BUSSAB, Wilton de O., **Cálculo Funções de uma e várias variáveis**. São Paulo: Saraiva, 2005.

TAN, S. T. **Matemática Aplicada à Administração e Economia**. 2. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL

EMENTA

Modelo Geral de Comunicação; Técnicas de Comunicação Oral; Técnicas de Redação de Relatórios; Estilos de Linguagem; Estratégias de Interpretação e Composição

OBJETIVO

Compreender a importância do processo de comunicação nas organizações, utilizando adequadamente técnicas e instrumentos para o exercício da profissão.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Modelo Geral de Comunicação

Elementos básicos

Fluxo de comunicação

Mensagem ou conteúdo

Canais ou meios

Receptor ou destinatário

Ambiente e situação de comunicação

Comunicação organizacional estratégica

Técnicas de Comunicação Oral

Apresentações eficientes

Recursos visuais e vocais

Reuniões produtivas

Sinestesia

Estruturação

Técnicas de Redação de Relatórios

Objetivos da comunicação escrita

Redação executiva

Erros de redação

Argumentação na comunicação

Estilos de Linguagem

Linguagem formal

Linguagem informal

Linguagem corporativa

Linguagem tecnicista

Linguagem virtual

Estruturas de linguagem oral e escrita

Estratégia de Interpretação e de Composição

Leitura

Interpretação

Resumo

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Maria Margarida; MEDEIROS, João Bosco. **Comunicação em língua portuguesa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006. ISBN 978 85 224 4516 5.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. 16. ed. São Paulo: Ática, 2004. 103 p. ISBN: 9785 080 9106 5.

MEDEIROS, João Bosco. **Português instrumental: para cursos de contabilidade, economia e administração**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009. ISBN 978 85 224 5458 7.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SAVIOLI, Francisco Platão; FIORIN, José Luiz. **Lições de textos: leitura e redação**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006. ISBN 978 85 081 0594 6.

ALBUQUERQUE, A Tenório. **Redação Oficial**. Rio de Janeiro: Getúlio Costa, 1994.

PENTEADO, J. R. Withaker. **A técnica da comunicação humana**. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1985.

MARTINS, Dileta Silveira. **Português Instrumental de acordo com as atuais norma ABNT**. 25 ed. São Paulo. Atlas. 2004 (10)

CONTABILIDADE BÁSICA I**EMENTA**

Noções básicas de contabilidade; estudo do patrimônio; estudo das variações; elencos de contas.

OBJETIVO

Proporcionar a compreensão dos funcionamentos básicos da contabilidade visando a instrumentalização para a formação profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Noções básicas de contabilidade

- Conceito e origem
- Finalidade
- Objeto
- Usuários
- Campo de atuação da contabilidade
- Campo de aplicação

O estudo do patrimônio

- Conceituação (Bens, Direitos e Obrigações)
- Aspecto quantitativo e qualitativo do patrimônio
- Representação gráfica do patrimônio
- Equação básica da contabilidade

Estudos das variações patrimoniais

- Atos e Fatos contábeis (Permutativos, Modificativos e Mistos)
- Formação, subscrição e integralização de capital
- Registro de mutações patrimoniais
- Apuração do resultado (receitas e despesas)

Elenco de contas

- Conceito
- Classificação das contas (Patrimoniais, Resultado e Compensação)
- Noção de plano de contas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- IUDICÍBUS, Sérgio de. *et al.* **Contabilidade introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 352 p. ISBN 9788522458158 . Livro-texto.
- MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 272 p. ISBN 978 85 224 5592 8. Livro-texto.
- PADOVEZE, Clóvis Luis. **Manual de contabilidade básica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 428 p. ISBN. 978 85 224 5509 6.
- SILVA, Cesar Augusto Tibúrcio; TRISTÃO, Gilberto. **Contabilidade básica**. 4. ed. São Paulo:Atlas, 2009. 254 p. ISBN 978 85 224 5498 3.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento conceitual básico**. Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/pronunciamento_conceitual.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2009.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais e nor-**

mas brasileiras de contabilidade. 3. ed. Brasília: CFC, 2008. 412 p.
 CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 1.121, de 28 de março de 2008**. Aprova a NBC T 1 – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <
http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001121>. Acesso em: 10 ago. 2009.

ADMINISTRAÇÃO

EMENTA

Introdução à Teoria da Administração; Escolas da Administração; Funções Administrativas; Qualidade nas Organizações; Perspectivas Futuras da Gestão Empresarial.

OBJETIVO

Compreender o objeto da ciência da administração, conceituando e distinguindo as suas principais abordagens teóricas, diferenciando os processos administrativos e relacionando os conhecimentos adquiridos com a realidade e a prática administrativa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

-Introdução à Teoria da Administração

Antecedentes históricos da administração
 Definições e conceitos
 Princípios e ação administrativa
 Evolução do pensamento administrativo

-Escolas da Administração

Clássica e científica
 Relações humanas e comportamentais
 Estruturalista e burocrática
 Neoclássica
 Sistêmica
 Contingencial

-Funções Administrativas

Planejamento (operacional, tático e estratégico)
 Organização (organização, sistemas e métodos)
 Direção
 Controle

-Qualidade nas Organizações

Cultura organizacional
 Planejamento da qualidade
 Ferramentas da qualidade

-Perspectivas Futuras da Gestão Empresarial

Empreendedorismo

Marketing

Terceirização

Globalização

Gestão participativa

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIAVENATO, Idalberto. **Iniciação à administração geral**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2009. ISBN 978 85 204 2738 5.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Introdução à administração**. 3. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1998. 714 p. ISBN 85 22 0103 5.

HALL, Richard H. **Organizações: estruturas, processos e resultados**. 8. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004. 336 p. ISBN 978 85 879 1876 5.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MEGGINSON, Leon C.; PIETRI JUNIOR, Paul H.; MOSLEY, Donald C. **Administração: conceitos e aplicações**. 4. ed. São Paulo: Harbra, 1998. 614 p. ISBN 85 294 0064 X.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Teoria geral da administração: edição compacta**. São Paulo: Atlas, 2009. ISBN 978 85 224 5503 4.

FERREIRA, Ademir A.; REIS, Ana C. F. e PEREIRA, Maria I. **Gestão empresarial: de Taylor aos nossos dias**. São Paulo : Pioneira, 1997.

HAMPTON, David. **Administração contemporânea**. São Paulo : McGraw-Hill, 1983.

STONER, James A. F. e FREEMAN, R. E. **Administração**. São Paulo : Prentice-Hall, 1985.

SENGE, P. **A quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem**. São Paulo: Best Seller, 1994.

SILVA, Adelphino Teixeira. **Administração Básica**. São Paulo. Atals. 2004.

SOCIOLOGIA GERAL E ORGANIZACIONAL**EMENTA**

Estudo da contabilidade sob o ponto de vista de seus elementos internos. A natureza da ação contábil. As questões sociológicas fundamentais. Perspectiva de desenvolvimento e contemporaneidade. As escolas sociológicas.

OBJETIVO

Aprimorar a formação sociológica a partir de uma incursão na área de confluência

de Sociologia e Ciências Contábeis, tomando por base o processo de surgimento da questão social como objetivo de análise. São focalizadas as principais características da sociedade moderna, discutindo-se as dimensões sociológicas do comportamento humano, priorizando-se aquelas relacionadas ao comportamento econômico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Questões introdutórias

- A realidade social
- Sociologia aplicada – objetos e problemas fundamentais

Os fatos sociais e os atos administrativos

- Interpretação administrativa dos fatos sociais
- Os atos administrativos – características

A sociedade organizada

- Significado das organizações
- O desenvolvimento das organizações
- As empresas
- A administração pública

As organizações e seus objetivos

- A organização como um sistema social
- Orientação voltada a um objetivo
- Ação recíproca com o meio ambiente
- A auto-preservação
- Objetivos das organizações

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- LAKATOS, Eva Maria. *Sociologia Geral*. São Paulo: Atlas, 2003.
WEBER, Max. *Conceitos Básicos de Sociologia*, São Paulo. Ed. Centauro. 2002.
OLIVEIRA, Persio Santos de. *Introdução à Sociologia*, 24ª Ed. São Paulo. Ed. Ática. 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- DAHRENDORF, Ralf. *O Conflito Social Moderno* São Paulo: Zahar/EDUSP, 1992.
WEBER, Max, *Os 3 tipos puros de dominação legítima*, In COHN, Gabriel (org.), *Weber: Sociologia*. SP, Ática, 1986.
FERREIRA, Roberto Martins. *Sociologia da Educação* São Paulo: Editora Moderna, 1995.
MACHADO NETO, Antônio Luis. **Sociologia básica**. São Paulo: Saraiva, 1 986.

TELLES, Maria L. S. **Introdução à sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1993.

TORRE, M.B.L. Della. **O homem e a sociedade: uma introdução à sociologia**. São Paulo: Editora Nacional, 1986.

PSICOLOGIA GERAL E ORGANIZACIONAL

EMENTA

Introdução à Psicologia; Estudo da Personalidade e Comportamento Humano; Motivação e liderança; Inteligência; Fundamentos do Comportamento dos Grupos; Jogos; Liderança; Relacionamento Interpessoal; Tópicos Emergentes.

OBJETIVO

Desenvolver o conhecimento acerca dos processos psicológicos fundamentais à compreensão dos relacionamentos interpessoais e do indivíduo com ambiente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Introdução à Psicologia

Conceitos

Histórico da Psicologia Organizacional

Estudo da Personalidade e do Comportamento Humano

Teorias psicodinâmica

Teorias cognitivas

Teorias behavioristas

Motivação e Liderança

Conceito

O fenômeno da liderança

Características do líder e dos grupos

Diferentes estilos de liderança

Dinâmica do comportamento

Principais teorias motivacionais

A teoria motivacional aplicada ao trabalho

Inteligência

Conceitos

Inteligência racional

Inteligência emocional

Fundamentos do Comportamento dos Grupos

Conceitos

Classificação dos grupos

Desenvolvimento dos grupos

Equipes de trabalho
Kurt Lewin e a teoria de campo
Relacionamento interpessoal

Tópicos Emergentes

Capital intelectual
Cultura e clima organizacional
Noções de gestão de conhecimento

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. 2. ed., 5. tir. São Paulo: Atlas, 2002. 384 p. ISBN 978 85 224 3167 0.

MOSKOVICI, Fela. **Renascença organizacional: a revalorização do homem frente à tecnologia para o sucesso da nova empresa**. 10. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2003. ISBN 85 03 0-0463-1.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. 11. ed. São Paulo: Pearson, 2006. 560 p. ISBN 978 85 760 5002 5.

ROTHMANN, Ian; COOPER, Carry. **Fundamentos de psicologia organizacional e do trabalho**. São Paulo: Campus, 2009. 344 p. ISBN 978 85 352 3222 6.

TORRE, M.B.L. Della. **O homem e a sociedade: uma introdução à sociologia**. São Paulo: Editora Nacional, 1986.

2º PERÍODO

CONTABILIDADE BÁSICA II

EMENTA

Princípios fundamentais da contabilidade; procedimentos básicos de escrituração; operações mercantis.

OBJETIVO

Exercitar o processo contábil sobre as atividades comerciais e financeiras da empresa bem como a elaboração das demonstrações estabelecidas pelas normas contábeis brasileira.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Princípios fundamentais da contabilidade

- Conceituação

Procedimentos básicos de escrituração

- Método de partidas dobradas
- Mecanismos de débito e crédito
 - Teoria das origens e aplicação de recursos
- Lançamentos (elementos essenciais, fórmulas)
- Regime de caixa x Regime de competência
- Balancete de verificação
- Livros utilizados na escrituração

Operações mercantis

- Transações de compras e vendas
- Devoluções de compra e de vendas
- Fretes e seguros
- Abatimentos
- Tributos nas operações
- Apuração do custo da mercadoria vendida (Inventário periódico e inventário permanente)
- Demonstração do resultado do exercício
- Aplicações financeiras
- Empréstimos bancários
- Duplicatas descontadas
- Receitas financeiras
- Despesas financeiras
- Ativo imobilizado (Conceituação, Depreciação, Amortização, Exaustão)
- Métodos de depreciação
- Venda de bens (ganhos e perdas)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- IUDICÍBUS, Sérgio de. *et al.* **Contabilidade introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 352 p. ISBN 9788522458158 . Livro-texto.
- MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 272 p. ISBN 978 85 224 5592 8. Livro-texto.
- PADOVEZE, Clóvis Luis. **Manual de contabilidade básica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 428 p. ISBN. 978 85 224 5509 6.
- SILVA, Cesar Augusto Tibúrcio; TRISTÃO, Gilberto. **Contabilidade básica**. 4. ed. São Paulo:Atlas, 2009. 254 p. ISBN 978 85 224 5498 3.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento conceitual básico**. Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/pronunciamento_conceitual.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2009.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais e nor-**

mas brasileiras de contabilidade. 3. ed. Brasília: CFC, 2008. 412 p.
 IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Contabilidade introdutória.** 9a. ed.- São Paulo: Atlas, 1998.
 SILVA. Cesar Augusto Tiburcio. Contabilidade Básica. São Paulo. Atlas. 2000.
 FIEPECAFI. **Manual de contabilidade das sociedades por ações.** São Paulo: Atlas, 2010.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

EMENTA

Conceitos; O uso de Tecnologias; Gestão de Arquivos e Dados.

OBJETIVO

Compreender e identificar os recursos de tecnologia da informação em relação às necessidades organizacionais; identificar a importância da integridade dos dados da empresa; e reconhecer o ganho de eficácia com o uso e o dimensionamento correto dos recursos de Tecnologia da Informação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conceitos

Tecnologia da informação

Estrutura da área de tecnologia da informação

Hardware

Software (básico, aplicativo e livre)

Antivírus e *firewall*

Banco de dados

O Uso de Tecnologias

Compatibilidade de recursos (*hardware* e *software*)

Dimensionamento dos recursos

Comunicação a distância (internet, intranet e IP)

Gestão de Arquivos e Dados

Proteção de arquivos

Atualização e recuperação de arquivos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABREU, Aline Franca de; REZENDE, Denis Alcides. **Tecnologia da informação: aplicada a sistemas de informação empresariais.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 320 p. ISBN 978 85224 5515 7.

CLETO, Nivaldo. **Notebook: o mundo virtual nas suas mãos.** São Paulo: Atlas, 2008. 100 p. ISBN 978 85 224 5109 8.

JR, Lucas; HENRI, C. **Tecnologia da Informação: tomada de decisão estratégica para administradores.**

São Paulo: LTC, 2006. 340 p. ISBN 978 85 216 1518 7.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PHILLIPS, Joséph. **Gerência de projetos e tecnologia da informação**. São Paulo: Campus, 2003. 472 p. ISBN: 8535211837.

REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento de sistemas de informação e informática**: guia prático para planejar a tecnologia da informação integrada ao planejamento estratégico das organizações. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 168 p. ISBN 978 85 224 5101 2.

SOUZA FILHO, Guido Lemos de. *et al.* **VOIP: voz sobre IP**. São Paulo: Campus, 2005. 300 p. ISBN 978 85 352 1787 2.

TANENBAUM, Andrew S. **Sistemas operacionais modernos**. 2. ed. São Paulo: Pearson Education, 2007. ISBN 978 85 879 1857 4.

INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

EMENTA

Introdução ao Estudo do Direito; Noções de Direito Público: Direito Constitucional, Administrativo, Internacional, Penal, Tributário e Processual; Noções de Direito Privado: Civil, Comercial e Trabalhista; Direito do Consumidor.

OBJETIVO

Conhecer e compreender os diversos ramos do Direito Público e Privado e a sua aplicabilidade no funcionamento das organizações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Introdução ao Estudo do Direito

Conceito de Direito

Direito objetivo e subjetivo

Direito positivo e natural

Direito e moral

Fontes do Direito

Fases da lei

Noções de interpretação jurídica aplicada

Noções de Direito Público

Direito Constitucional

Direito Administrativo

Direito Internacional

Direito Penal

Direito Tributário (financeiro)

Direito Processual

Noções de Direito Privado

Direito Civil

Direito Comercial

Direito Trabalhista

Direito do Consumidor

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FUHRER, Maximilianus Cláudio Américo; MILARÉ, Edis. **Manual de direito público e privado**. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. ISBN 978 85 203 2742 5.

MARTINS, Ives Gandra da Silva; PASSOS, Fernando. **Manual de iniciação ao direito**. São Paulo: Pioneira, 1999. 562 p. ISBN 85 221 0196 5.

PINHO, Ruy Rebello e NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Instituições de Direito Público e Privado. **São Paulo : Atlas, 1998**.

LAZARIN, Antonio. **Introdução ao Direito Tributário**. São Paulo : Atlas, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARTINS, Sergio Pinto. **Instituições de direito público e privado**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009. ISBN 978 85 224-5352 8.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro; PINHO, Ruy Rebello. **Instituições de direito público e privado**. 24. ed., 4. tir. São Paulo: Atlas, 2004. 432 p. ISBN 978 85 224 3784 9.

PALAIÁ, Nelson. Noções essenciais de Direito. São Paulo. Saraiva. 2004. (3)

POLETTI, R. **Introdução ao direito**. Rio de Janeiro: Saraiva, 1996.

ROSA JR., Luiz Emygdio. **Novo Manual de Direito Financeiro e Direito Tributário a Luz da nova Constituição**. 7a. Edição Atualizada e Aumentada. Rio de Janeiro: Renovar, 1991

MATEMÁTICA FINANCEIRA

EMENTA

Juros Simples e Compostos; Descontos; Séries de Pagamento; Correção Monetária e Inflação; Sistemas de Amortização; Análise de Investimentos.

OBJETIVO

Aplicar os princípios básicos do cálculo financeiro para a tomada de decisão envolvendo fluxos financeiros; e proporcionar ainda a compreensão dos conceitos de séries de pagamentos, correção monetária e inflação, sistemas de amortização e análise de investimentos.

CONTEUDO PROGRAMÁTICO

Juros Simples e Compostos

Juros e montante simples
 Taxa proporcional e equivalente
 Homogeneidade entre taxa e tempo
 Juros ordinários, exatos e bancário
 Diferenças entre os regimes de capitalização
 Juros e montante compostos
 Taxas nominal, proporcional, efetiva e equivalente

Descontos

Desconto simples
 Desconto composto
 Problemas práticos

Séries de Pagamentos

Definições
 Classificação
 Anuidades postecipadas
 Anuidades antecipadas
 Anuidades diferidas
 Anuidades variáveis

Correção Monetária e Inflação

Índices de atualização e inflação
 Variação dos índices
 Taxa de juros nominal e real
 Depósito com correção monetária

Sistema de Amortização

Sistema Price
 Sistema SAC
 Sistema Sacre

Análise de Investimentos

Conceito e aplicação de fluxos de caixa
 Taxa Mínima de Atratividade (TMA)
 Métodos de análise de investimentos (valor presente, custo anual, taxa interna de retorno e *Pay Back*)

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GUERRA, Fernando. **Matemática financeira por meio de da HP-12C**. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2006. ISBN 978 85 328 0066 4.
 KUHNER, Osmar Leonardo; BAUER, UdibertReinoldo. **Matemática financeira aplicada e análise de investimentos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 517 p. ISBN 85 224-2706-2.
 MATHIAS, Whashington Franco; GOMES, José Maria. **Matemática financeira**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. ISBN 978 85 224 5212 5.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RANGEL, Armenio de Souza; SANTOS, José Carlos de Souza; BUENO, Rodrigo

de Losso da Silveira. **Matemática dos mercados financeiros: à vista e a termo.** São Paulo: Atlas, 2003. ISBN 978 85 224 3473 2.
 ARAUHO, Carlos Roberto Vieira. **Matemática Financeira.** São Paulo:SP. Ed. Atlas 1993.
 ZENTGRAF, Walter. **Calculadora Financeira HP - 12C.** São Paulo. Ed. Atlas, 1994.
 MATHIAS, Washington Franco e GOMES, José Maria. **Matemática Financeira.** 2ª ed. São Paulo: ED. Atlas . 1993.

TEORIA GERAL DA CONTABILIDADE

EMENTA

Evolução do Pensamento Contábil; Escolas e Doutrinas da Contabilidade; Teorias Descritiva e Prescritiva; Princípios Fundamentais da Contabilidade; Critérios de Mensuração e Avaliação: Ativo e Passivo, Receitas e Despesas, Ganhos e Perdas.

OBJETIVO

Proporcionar a compreensão dos aspectos teóricos relativos aos critérios de avaliação de ativo, passivo, patrimônio líquido, realização da despesa, compreensão e aplicação dos princípios e das Normas Brasileiras de Contabilidade; proporcionar, ainda, uma visão da evolução histórica do pensamento contábil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Evolução do Pensamento Contábil

Gênese da contabilidade e evolução do pensamento contábil
 Aspectos científicos da contabilidade
 Campo de estudo e aplicação da contabilidade
 Metodologias e processos contábeis
 Avanço da pesquisa e aplicação em contabilidade

Escolas e Doutrinas da Contabilidade

Escolas européia e americana
 O Brasil no contexto das duas escolas
 As principais doutrinas (controlista, contista, personalista, reditualista, aziendalista, patrimonialista
 eneopatrimonialista)

Princípios Fundamentais da Contabilidade

Evolução histórica (Resoluções CFC n.ºS 529/81, 530/81, 750/93, 751/93 e 774/93)

Teorias Descritiva e Prescritiva

Postulados e convenções
 Princípios, normas e padrões
 Essência sobre a forma
 Critérios de Mensuração e Avaliação
 Ativo e passivo
 Receitas e despesas
 Ganhos e perdas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade**. 3. ed. Brasília: CFC, 2008. 412 p.
IUDICIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 344 p. ISBN 978 85-224-5278 1.
LOPES, Alexsandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2005. ISBN 978 85 224 4166 2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SÁ, Antonio Lopes de. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 448 p. ISBN 9788522458462.
SCHMIDT, Paulo. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000. 232 p. ISBN 85 730 7650 X.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Objetivo Geral: Apresentar o conceito de ciência e conhecimento, abordando igualmente as normas técnicas de elaboração de trabalhos científicos.

Ementa

O homem e seu relacionamento com o mundo: leitura, conhecimento da realidade, limites e níveis do conhecimento. O método científico, a ciência e o espírito científico. A pesquisa científica: finalidades, tipos, etapas, projeto e relatório. Introdução ao estudo de elaboração de monografias científicas e padrões da ABNT.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TAFNER, Malcon, FISCHER, Julianne, TAFNER, José. **Metodologia do Trabalho Acadêmico**. Curitiba : Juruá, 1999.
SEVERINO, Antonio J. **Metodologia do trabalho científico**. 22ª ed. São Paulo: Cortez , 2002.
LAKATOS, Eva Maria & Marconi, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TACHIZAWA, Takeshy& MENDES, Gildásio. **Como fazer monografia na prática**; 12ªed. Rio de Janeiro; FGV, 2006.
HEATH, Oscar Victor Sayer **A estatística na pesquisa científica**. V 1. São Paulo; E.P.U, 1981.
GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.
LAKATOS, Eva Maria & Marconi, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

3º PERÍODO

ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS I**EMENTA**

Aspectos introdutórios. Ativo Circulante, Ativo Realizável a Longo Prazo. Ativo Permanente. Passivo Circulante. Exigível a Longo Prazo. Resultado de Exercícios Futuros. Patrimônio Líquido. Elaboração das Demonstrações Contábeis. Balanço Patrimonial. Demonstração do Resultado do Exercício.

OBJETIVO

Elaborar as Demonstrações segundo as regras da Lei 6.404/76 e suas alterações

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial: Ativo Circulante, Ativo Realizável a Longo Prazo e Ativo Permanente

Balanço Patrimonial: passivo Circulante e Passivo Exigível a Longo Prazo.

Balanço Patrimonial: Resultado de Exercícios Futuros

DRE: Lucro Bruto, Lucro Operacional

DRE: Resultado Operacional e Não-operacional

DRE: Provisões e Participações sobre o Lucro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEGALLI, Glauco Antonio; PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Elaboração das demonstrações contábeis**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 198 p. ISBN 978 85 224 5494 5. Livro-texto.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 26**.

Apresentação das demonstrações contábeis. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pdf/CPC26.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade**. 3. ed. Brasília: CFC, 2008. 412 p.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 1.125, de 15 de agosto de 2008**. Aprova a NBC T 3.8 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. Disponível em:

<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001125>. Acesso em: 10 ago. 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 1.138, de 21 de novembro de 2008.** Aprova a NBC T 3.7 – Demonstração do Valor Adicionado. Disponível em:

<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001138>. Acesso em: 10 ago. 2009.

FIPECAFI. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades.** 7. ed., 6. tir. São Paulo: Atlas, 2007. 650 p. ISBN 978 85 224-4648-3.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado:** como elaborar e analisar o DVA. São Paulo: Atlas, 2007. 272 p. ISBN 978 85 224 4765 7.

RIBEIRO, OSNI MOURA. **Contabilidade Geral Fácil.** 25ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005. IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Contabilidade introdutória.** 9a. ed.- São Paulo: Atlas, 1998.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica.** 7. ed. ampl.e atual. São Paulo: Atlas, 2004.

ECONOMIA

EMENTA

Aspectos básicos da transição do feudalismo ao capitalismo. O mercantilismo. Os fisiocratas. O nascimento da ciência econômica. Introdução ao estudo da evolução do pensamento econômico: Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx e o nascimento da escola neoclássica.. Crescimento econômico. Economia brasileira: introdução, antecedentes da economia de trabalho assalariado. Economia de trabalho assalariado. Tendências recentes.

OBJETIVO

Proporcionar aos alunos conhecimento e desenvolver senso crítico e capacidade de análise acerca dos fenômenos econômicos, sendo que a disciplina está dividida em três segmentos importantes: conhecimento básico da ciência econômica, noções de microeconomia e noções de macroeconomia. Objetiva-se que o aluno possa compreender os fenômenos e as ferramentas de política econômica e, de maneira mais geral, entender as decisões na economia moderna, bem como a atualidade econômica brasileira e a história econômica do Brasil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conceitos fundamentais em economia: escassez, problemas econômicos fundamentais, tipos de bens, agentes econômicos, sistemas econômicos.

Fatores de produção: terra, capital, trabalho, tecnologia, capacidade empresarial.

Demanda, oferta e a busca do equilíbrio em mercados concorrenciais.

Elasticidade-preço de demanda e elasticidade-preço de oferta.

Contabilidade Nacional e agregados econômicos: produto, renda e dispêndio; investimento e depreciação; governo e resto do mundo.

Crescimento, desenvolvimento e distribuição de renda. Inflação: tipos, formas de combate e conseqüências.

Intermediação financeira.

Sistema Financeiro Nacional.

Noções de macroeconomia: ferramentas de política econômica e seus objetivos.

Política fiscal: funções do governo, gastos e arrecadação.

Política monetária: funções e tipos de moeda, demanda por moeda, oferta de moeda.

Setor externo: balanço de pagamentos, mercado cambial. Abordagem histórica da economia brasileira recente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MATIAS-PEREIRA, José. **Economia brasileira**. São Paulo: Atlas, 2003. ISBN 978 85 224 3375 9.

SAMUELSON, Paul A.; NORDHAUS, William D. **Economia**. 17. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2004. 626 p. ISBN 978 85 868 0439 7.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 248 p. ISBN 978 85 020 6767 7

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia**. SP: Thomson Learning, 2005

O'SULLIVAN, Arthur et al. **Introdução à Economia: Princípios e Ferramentas**.

SP: Prentice-Hall, 2004

PINHO, Diva Benevides e VASCONCELLOS, Marco Antonio. **Manual de Economia**. SP: Saraiva, 2004

PINTO, Anibal e FREDES, Carlos. **Curso de Economia**. Forum Editora, 1977.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros. **Economia Brasileira**. São Paulo: Contexto,

CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA I	
<p>Objetivo Geral: Apresentar e aprofundar a aplicação das Demonstrações Contábeis com análise de resultados.</p> <p>Ementa Desenho do sistema contábil básico: Plano contábil de contas de empresas. Operações com disponibilidades. Operações com contas a receber. Operações com estoques. Operações com outros créditos. Operações com despesas do exercício seguinte. Operações com partes relacionadas. Operações com inventivos fiscais. Operações com ativo permanente. Operações do ativo imobilizado. Operações do ativo diferido. Operações com fornecedores. Operações de obrigações trabalhistas e sociais. Operações de obrigações tributárias. Operações com instituições financeiras. Contratos de leasings. Operações com resultados. Demonstrações financeiras: demonstração de resultados dos períodos, demonstração do balanço patrimonial, demonstração de lucros e prejuízos acumulados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração das origens e aplicação de recursos, notas explicativas.</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Contabilidade Intermediária. São Paulo : Atlas, 2010. PEREZ Jr., José H. et OLIVEIRA, Luiz Martins de. Contabilidade avançada. São Paulo: Atlas, 1997. RUSSO, Francisco et OLIVEIRA, Nelson de. Manual prático de constituição de empresas. São Paulo: Atlas, 1998.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
<p>MARION, José C. Contabilidade intermediária. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2000 MARTINS, Eliseu et al. Manual de contabilidade das sociedades por ações. São Paulo: Atlas, 1998. ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Contabilidade Intermediária. São Paulo : Atlas, 2002 SOUZA, Alceu e CLEMENTE, Ademir. Decisões financeiras e análise de investimentos. São Paulo : Atlas, 1997.</p>	

DIREITO COMERCIAL E LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA	
--	--

EMENTA

Aspectos Introdutórios; O Empresário; Sociedades; Dissolução Parcial ou Total da Sociedade.

OBJETIVO

Conhecer os mecanismos de análise, interpretação e aplicação das normas relativas ao Direito Comercial, Societário e Falimentar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aspectos Introdutórios

Origem do Direito Comercial
 Origem do Direito Empresarial
 Conceito de comércio e comerciante
 Conceito de empresa e empresário
 Personalidade física e jurídica
 Capacidade civil
 Legislação societária

O Empresário

Requisitos
 Direitos, deveres e prerrogativas
 Crimes e penalidades
 Empresário estrangeiro

Sociedades

Sociedade não personificada (em comum, em conta de participação)
 Sociedade personificada (sociedade empresária e simples, em nome coletivo, em comandita
 simples, limitada, sociedade anônima, comandita por ações, cooperativas e coligadas)
 Administração societária

Contrato social

Dissolução Parcial ou Total da Sociedade

Retirada de sócios
 Exclusão de sócios
 Falecimento de sócios
 Insolvência
 Recuperação empresarial
 Falência
 Liquidação

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Manual de direito comercial**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. ISBN 978 85 224 5294 1.
 MACIEL NETO, Pedro Benedito. **Manual de direito comercial**. Campinas: Bookseller, 2005. 364 p. ISBN 978 85 746 8375 1.
 MAMEDE, Gladston. **Direito empresarial brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. v. 1. ISBN 978 85 224 5226 2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MAMEDE, Gladston. **Direito empresarial brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. v. 4. ISBN 978 85 224 5341 2.

REQUIÃO, Rubens. **Curso de direito comercial**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 1. 541 p. ISBN 978 85 020 7703 4.

BULGARELLI, Waldírio. **Normas Jurídicas Empresariais**. São Paulo : Atlas, 1992.

LOBO, Jorge. **Reforma da Lei das S.A.** . São Paulo : Atlas, 1998.

DIREITO TRABALHISTA E LEGISLAÇÃO SOCIAL

EMENTA

Empregador; Empregado; Normas Gerais de Tutela do Trabalho; Normas Especiais de Tutela do Trabalho; Contrato Individual de Trabalho; Associação Sindical e Convenção Coletiva do Trabalho; Justiça do Trabalho; Previdência e Assistência Social; Legislação Complementar.

OBJETIVO

Conhecer e compreender as normas trabalhistas e previdenciárias que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho, bem como os princípios, as regras e as instituições ligadas a essas relações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Empregador

Definição

Empresa individual e coletiva

Características

Direitos e deveres

Empregado

Definição

Características

Direitos e deveres

Normas Gerais de Tutela do Trabalho

Identificação profissional

Duração do trabalho

Salário mínimo

Férias

Segurança e medicina no trabalho

Normas Especiais de Tutela do Trabalho

Proteção ao trabalho da mulher

Proteção ao trabalho do menor

Demais normas especiais de tutela

Contrato Individual de Trabalho

Remuneração

Alteração, suspensão e interrupção

Rescisão e aviso prévio

Estabilidades

Associação Sindical e Convenção Coletiva do Trabalho

Instituições sindicais

Enquadramento sindical

Contribuição sindical

Dissídios individuais e coletivos

Justiça do Trabalho

Órgãos da Justiça do Trabalho

Composição e funcionamento

Previdência e Assistência Social

Conceitos básicos de previdência e assistência social

Previdência pública

Previdência privada

Legislação complementar

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BATALHA, Wilson de Souza Campos. **Tratado de direito judiciário do trabalho**. 3. ed. São Paulo: LTr, 1995. 2.v.

MANUS, Pedro Paulo Teixeira. **Direito do trabalho**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2009. ISBN 978 85 224 5342 9.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Comentários à CLT**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2009. ISBN 978 85 224 5410 5.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do trabalho**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2009. ISBN 978 85 224 5375 7.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. ISBN 978 85 020 7361 6

OLIVEIRA, Aristeu de. **Rescisão de Contrato de Trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994.

GONÇALVES, Odonel Urbano. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo : Atlas, 1998.

FILOSOFIA E ÉTICA PROFISSIONAL

EMENTA

Fundamentos Filosóficos. Conhecimento. Ciência. Política. Moral. Lógica. Objetividade dos Valores. Tendências Filosóficas. Ética; Ética e Cidadania. Ética Profissional. Ética Empresarial. A Confiança do Cliente e a Função Pública do Administrador.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HRYNIEWICZ, Severo. **Para filosofar hoje**. 5ª ed., Rio de Janeiro: Santelena, 2002.

LIMA, Alex Oliveira Rodrigues de. **Ética global: legislação profissional no terceiro milênio**. São Paulo: Iglu, 1999.

LUCKESI, Cipriano Carlos; PASSOS, Elizete Silva. **Introdução à filosofia: aprendendo a pensar**. 4ª ed., São Paulo: Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GALLO, Silvio (Coord.). **Ética e cidadania: caminhos da filosofia: elementos para o ensino de filosofia**. 11ª ed., Campinas: Papirus, 2003.

SANCHEZ VASQUEZ, Adolfo. **Ética**. 23ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COMTE-SPONVILLE, André. **Apresentação da Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GOTO, Roberto. **Começos de filosofia**. São Paulo: Átomo, 2000.

HUISMAN, Denis. **Curso Moderno de Filosofia**. São Paulo: Freitas Bastos, 1983.

4º PERÍODO

ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS II	
EMENTA	
Introdução. Demonstrações dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações das Origens e aplicações de Recursos e Demonstração de Fluxo de Caixa. Notas Explicativas. Demonstrações Contábeis na Gestão empresarial.	
OBJETIVO	
Compreender o conteúdo de estruturas das Demonstrações Contábeis, interpretação e resolução de problemas propostos para produzir relatórios que atentam	

as necessidades de informações dos diversos usuários interessados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aspectos Introdutórios das Demonstrações Contábeis
 Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Demonstração de Origens e aplicações de Recursos
 Demonstração de Fluxo de Caixa
 Demonstração do Valor Adicionado
 Relatórios para a Administração

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEGALLI, Glauco Antonio; PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Elaboração das demonstrações contábeis**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 198 p. ISBN 978 85 224 5494 5. Livro-texto.
 COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 26**. Apresentação das demonstrações contábeis.
 CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade**. 3. ed. Brasília: CFC, 2008. 412 p.
 CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 1.125, de 15 de agosto de 2008**. Aprova a NBC T 3.8 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.
 CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 1.138, de 21 de novembro de 2008**. Aprova a NBC T 3.7 – Demonstração do Valor Adicionado.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FIPECAFI. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: aplicável às demais sociedades: suplemento. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 120 p. ISBN 978 85 224 5455 6.
 SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado**: como elaborar e analisar o DVA. São Paulo: Atlas, 2007. 272 p. ISBN 978 85 224 4765 7.
 PEREZ JR, José Hernandez e OLIVIERA, Luís Martins. **Contabilidade Avançada**. São Paulo: Atlas, 1998.

CONTABILIDADE INTERMEDIÁRIA II

Objetivo Geral: Apresentar as Demonstrações Financeiras e critérios de contabilização.

Ementa

Demonstrações financeiras: conteúdo e forma: o que divulgar, balanço patrimonial, demonstração de resultados do período, demonstrações acessórias. Avaliação de investimentos permanentes: avaliação pelo método de custo, critérios de avaliação e forma de

contabilização, avaliação pelo método da equivalência patrimonial, ágios, deságios, amortização. Reavaliação de ativos: regras e princípios, legislação tributária, contabilização, evidenciação. Resultados não realizados, Provisão de perdas; Correção monetária dos balanços: denominador comum monetário, base conceitual, estudo de caso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FIPECAFI. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. São Paulo: Atlas, 2009.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Contabilidade Avançada**. São Paulo: Atlas, 1998.

PEREZ JR, José Hernandez e OLIVIERA, Luís Martins. **Contabilidade Avançada**. São Paulo: Atlas, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PEREZ JR, José Hernandez e OLIVIERA, Luís Martins. **Contabilidade Avançada**. São Paulo: Atlas, 2012.

FIPECAFI. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1998.

CONSELHO Regional de Contabilidade. **Contabilidade no Contexto Internacional**. São Paulo: Atlas, 1997.

SOUZA, Alceu e CLEMENTE, Ademir. **Decisões Financeiras e Análise de investimentos**. São Paulo : Atlas, 1997.

CONTABILIDADE SOCIETÁRIA	
<p>EMENTA</p> <p>Estrutura de Capital das Empresas; Reorganização Societária; Provisões e Outras Transações Societárias; Ajuste a Valor Presente; Valor Justo (fair value); Redução ao Valor Recuperável dos Ativos (impairment); Ativos e Passivos Contingentes; Insubstitências e Superveniências; Ganhos e Perdas de Capital; Dividendos Obrigatórios e Juros sobre Capital Próprio; Reservas.</p> <p>OBJETIVO</p> <p>Conhecer os aspectos legais e societários que envolvem as organizações, bem como a sua estrutura de capital, visando à realização de transações e negócios.</p> <p>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</p> <p>Estrutura de Capital das Empresas</p>	

Capital próprio e de terceiros
 Operações com ações
 Operações com debêntures e outros títulos de créditos

Reorganização Societária

Cisão
 Fusão
 Incorporação
 Extinção

Provisões e Outras Transações Societárias

Provisões ativas e passivas
 Arrendamento mercantil
 Operação com opções
 Transações prefixadas e pós-fixadas

Ajuste a Valor Presente

Reconhecimento e mensuração de ativos e passivos a valor presente

Valor Justo (Fair Value)

Reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas
 Reconhecimento no resultado ou no patrimônio líquido

Redução ao Valor Recuperável dos Ativos (impairment)

Reconhecimento e mensuração do valor recuperável dos ativos

Ativos e Passivos Contingentes

Conceito
 Critérios de avaliação de contingências
 Contingências ativas
 Contingências passivas

Insubsistências e Superveniências

Conceitos
 Ativas
 Passivas

Ganhos e Perdas de Capital

Registro das participações e resultados

Dividendos Obrigatórios e Juros sobre Capital Próprio (JCP)

Reconhecimento e Mensuração do Dividendo Obrigatório
 Reconhecimento e Mensuração do Juro sobre Capital Próprio (JCP)

Reservas

Reservas de Capital
 Reservas de Lucro

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FIPECAFI. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades:** suplemento. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 120 p. ISBN 978 85 224 5455 6.

PEREZ JÚNIOR, José Hernandez; OLIVEIRA, Luís Martins de. **Contabilidade avançada:** texto e testes com as respostas. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 284 p. ISBN 978 85 224 5359 7.

SCHMIDT, Paulo; DOS SANTOS, José Luiz. **Contabilidade societária.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 484 p. ISBN 978 85 224 5474 7.

VICECONTI, Paulo; NEVES Silvério. **Contabilidade societária.** São Paulo: Sa-

raiva, 2005. 288 p. ISBN 978 85 020 5125 6.
BRAGA, Hugo Rocha; ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Mudanças contábeis na lei societária: Lei n.º 11.638, de 28-12-2007.** São Paulo: Atlas, 2008. 308 p. ISBN 978 85 224 5082 4.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 1.180/09, de 24 de**

julho de 2009. Aprova a NBC T 19.7 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Disponível em:

<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001180>.

Acesso em: 30 set. 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 1.141, de 21 de**

novembro de 2008. Aprova a NBC T 10.2 – Operações de Arrendamento Mercantil. Disponível em:

<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001141>.

Acesso

em: 11 ago. 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 1.110, de 29 de novembro de 2007.** Aprova a NBC T 19.10 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Disponível em:

<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2007/001110>.

Acesso em: 11ago. 2009.

FIPECAFI. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades.** 7. ed., 6. tir. São Paulo: Atlas, 2007. 650 p. ISBN 978 85 224-4648-3.

CONTABILIDADE DE CUSTOS

EMENTA

Introdução à Contabilidade de Custos; Classificação e Nomenclatura de Custos; Sistemas de Custeamento; Esquema Básico de Custos; Implantação de Sistemas de Custos; Custos Conjuntos.

OBJETIVO

Aplicar os conceitos de custos para fins de avaliação, controle dos estoques e conhecimento dos instrumentos dos sistemas de custo, com o objetivo de servir de base para a tomada de decisão.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Introdução à Contabilidade de Custos

Fundamentos de contabilidade de custos: o papel do contador na organização;

Princípios Fundamentais de Contabilidade aplicados aos custos empresariais; terminologia contábil básica.

Classificação e Nomenclatura de Custos

Classificação de custos diretos e indiretos; fixos e variáveis; outras nomenclaturas de custos.

Sistemas de Custeamento

Custeio direto; custeio indireto; padrão; absorção

Esquema Básico de Custos

Departamentalização; produção equivalente

Implantação de Sistemas de Custos

Reação do sistema, custo do sistema e seu benefício; escolha do sistema e implantação.

Custos Conjuntos

Distinção entre co-produtos, subprodutos e sucatas

Apropriação dos custos conjuntos aos co-produtos

Crterios de apropriação dos custos conjuntos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DUTRA, René Gomes. **Custos: uma abordagem prática**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 422 p. ISBN 978 85 224 5228 6.

KOLIVER, Olivio. **Contabilidade de custos**. Curitiba: Juruá, 2008. 524 p. ISBN 978 85 362 2140 3.

LEONE, George Sebastião. **Curso de contabilidade de custos: (livro-texto)**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 450 p. ISBN 978 85 224 5349 8.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 9. ed., 4. tir. São Paulo: Atlas, 2006. 168 p. ISBN 978 85 224 4270 6. Livro de exercícios.

NAGY, Charles F.; VANDERBECK, Edward J. **Contabilidade de custos**. 11. ed. São Paulo: Pioneira, Editora, 2001. 456 p. ISBN 85 221-0238-4.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez. **Contabilidade de custos: um enfoque direto e objetivo**. 8. ed. São Paulo: Frase, 2008. 302 p.

PERÍCIA, AVALIAÇÃO E ARBITRAGEM

EMENTA

Perícia Contábil; Avaliação; Mediação; e Arbitragem.

OBJETIVO

Desenvolver conhecimentos teóricos e práticos das atividades de Perito Contábil, Árbitro e Avaliador, como funções inerentes ao profissional de Ciências Contábeis.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Perícia Contábil

Conceitos

Fundamentação legal

Normas profissionais (NBC PP) e técnicas (NBC TP)

Tipos de perícia

Perícia x auditoria

Nomeação

Proposta de honorários

Planejamento

Formulação e resposta aos quesitos

Diligência

Prova e evidência

Laudo pericial

Avaliação

Conceitos

Fundamentação legal

Métodos de avaliação

Mediação e Arbitragem

Conceitos

Fundamentação legal

Procedimentos

Câmaras

O árbitro

O mediador

Arbitragem internacional

Perícia Contábil

Conceitos

Fundamentação legal

Normas profissionais (NBC PP) e técnicas (NBC TP)

Tipos de perícia

Perícia x auditoria

Nomeação

Proposta de honorários

Planejamento

Formulação e resposta aos quesitos

Diligência

Prova e evidência

Laudo pericial

Avaliação

Conceitos

Fundamentação legal

Métodos de avaliação

Mediação e Arbitragem

Conceitos
Fundamentação legal
Procedimentos
Câmaras
O árbitro
O mediador
Arbitragem internacional

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FRANÇA, José Antoniode; MORAIS, Antonio Carlos. **Perícia judicial e extrajudicial**. 2. ed. Brasília: Ed. do autor, 2004. 179 p. ISBN 85 901-7252-X.
FURTADO, Paulo; BULOS, UadiLammêgo. **Lei de arbitragem comentada: (breves comentários à Lei n. 9.307, de 23 de setembro de 1996)**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1998. 142 p.
ORNELAS, Martinho Maurício Gomes de. **Perícia contábil**. 4. ed. São Paulo, Atlas, 2003. 176 p. ISBN 978 85 224 3477 0

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 857, de 21 de outubro de 1999**. Reformula a NBC P 2, denominando-a Normas Profissionais do Perito.
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 858, de 21 de outubro de 1999**. Reformula a NBC T 13 – da perícia contábil.
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 938, de 24 de maio de 2002**. Aprova a NBC T 13 – IT 1 - termo de diligência.
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 940, de 24 de maio de 2002**. Aprova a NBC T 13 – IT 3 assinatura em conjunto.
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 985, de 21 de novembro de 2003**. Aprova a NBC T 13.7 - parecer pericial contábil.
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 1.021, de 18 de março de 2005**. Aprova a NBC T 13.2 - planejamento da perícia.
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 1.041, de 26 de agosto de 2005**. Aprova a NBC T 13.6 - laudo pericial contábil.
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 1.050, de 07 de outubro de 2005**. Aprova a NBC P 2.3 - impedimento e suspeição.
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 1.051, de 07 de outubro de 2005**. Aprova a NBC P 2.6 - responsabilidade e zelo.
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 1.056, de 25 de novembro de 2005**. Aprova a NBC P 2.1 - competência profissional.
CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 1.057, de 25 de novembro de 2005**. Aprova a NBC P 2.4 - honorários.

CONTABILIDADE AVANÇADA I	
EMENTA	
Consolidação das Demonstrações Contábeis; Conversão em Moedas Estrangeiras; Métodos de Avaliação de Investimento; Operações com Derivativos, Hedge e outros Instrumentos Financeiros	
.OBJETIVO	
Proporcionar a aquisição de conhecimento para um contato amplo com os conceitos contábeis aplicados a grandes corporações e grupos empresariais, nacionais e internacionais, mediante estudo e análise dos aspectos avançados da Contabilidade.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
Consolidação das Demonstrações Contábeis	
Noções preliminares	
Fundamentos	
Ajustes contábeis	
Participação minoritária	
Lucros não realizados	
Método proporcional	
Método integral	
Conversão em Moedas Estrangeiras	
Técnicas e taxas de conversão	
Itens monetários e não monetários	
Ganhos e perdas	
Métodos de Avaliação de Investimento	
Método de custo	
Método de equivalência patrimonial e valor de mercado	
Participações societárias (controladas e coligadas)	
Relevância dos investimentos	
Provisão para perdas	
Aquisição com ágio e deságio	
Critérios de forma de contabilização	
Operações com Derivativos, Hedge e outros Instrumentos Financeiros	
Reconhecimento, mensuração e evidenciação de instrumentos financeiros	
Ganhos e perdas em operações com instrumentos financeiros	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
BRASIL. Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações.	
BRASIL. Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995. Altera a legislação do Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.	

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 14.**

Instrumentos financeiros: reconhecimento, mensuração e evidenciação.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 1.120, de 22 de fevereiro de novembro de 2008.** Aprova a NBC T 7 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 1.153, de 23 de**

janeiro de 2009. Aprova a NBC T 19.19 - instrumentos financeiros: reconhecimento, mensuração e evidenciação. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001153>. Acesso em: 19 ago. 2009.

INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS (FIPE-CAFI). **Aprendendo contabilidade em moeda constante.** São Paulo: Atlas, 1994. 320 p. ISBN 85 224-1091-0.

PERES JÚNIOR, José Hernandez. **Conversão de demonstrações contábeis:** FASB – Financial Accounting Standards Board, USGAAP - United States Generally Accepted Accounting Principles, IASB - International Accounting Standards Board, IAS - International Accounting Standards. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 374 p. ISBN 978 85 224 4194 5.

PERES JÚNIOR, José Hernandez; OLIVEIRA, Luis Martins de. **Contabilidade avançada:** texto e testes com as respostas. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 284 p. ISBN 978 85 224 5359 7.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado:** como elaborar e analisar o DVA. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 272 p. ISBN 978 85 224 4765 7.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; FERNANDES, Luciane Alves. **Contabilidade avançada:** aspectos societários e tributários. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 352 p. ISBN 978 85 224 5201 1.

5º PERÍODO

APURAÇÃO E ANÁLISE DE CUSTOS

Introdução à Análise de Custos; Análise das Variações de Custos; Margem de Contribuição; Relação Custo / Volume / Lucro.

OBJETIVO

Desenvolver conhecimento dos fatores que afetam os custos da empresa, proporcionando condições para uma análise orientada para o processo decisório.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Introdução à Análise de Custos

Custos para controle

Análise das Variações – Custo Padrão X Real

Materiais

Mão-de-obra direta

Custos indiretos variáveis

Custos indiretos fixos

Margem de Contribuição

Conceito

Margem de contribuição e o fator de limitação

Margem de contribuição e custos fixos identificados

Valores que integram o cálculo da margem de contribuição

Margem de contribuição e a taxa de retorno

Relação Custo / Volume / Lucro

Ponto de equilíbrio

Margem de segurança e alavancagem operacional

Ponto de equilíbrio contábil, econômico e financeiro

Ponto de equilíbrio em quantidade

Ponto de equilíbrio em valor

Ponto de equilíbrio em quantidade para múltiplos produtos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KOLIVER, Olivio. **Contabilidade de custos**. Curitiba: Juruá, 2008. 524 p. ISBN 978 85 362 2140 3.

LEONE, George Sebastião. **Curso de contabilidade de custos: (livro-texto)**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 450 p. ISBN 978 85 224 5349 8.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 9. ed., 8. tir. São Paulo: Atlas, 2003. 378 p. ISBN 978 85 224 3360-5. Livro-texto.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HORNGREN, Charles T.; DATAR, Srikant M.; FOSTER, George. **Contabilidade de custos**. 11. ed. São Paulo: Pearson, 2004. 2 v. ISBN 85 879-1840-0 (v. 1). ISBN 85 879-1895-8 (v. 2).

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos: livro de exercícios**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2006. ISBN 85 224-4270-3.

PASSARELLI, João; BOMFIM, Eunir de Amorim. **Custos: análise e controle**. 3. ed. São Paulo: IOB; Thomson, 2005. ISBN 85 7647-052-7.

ESTATÍSTICA E CÁLCULO ATUARIAL	
EMENTA	
Análise de Dados; Distribuição de Frequência; Descrição de Dados; Probabilidades; Regressão e Correlação; Séries Temporais; Representação Gráfica; Números Índices; Teoria da Amostragem; Testes de Hipóteses; Noções de Cálculos Atuariais.	
OBJETIVO	
Proporcionar o desenvolvimento do raciocínio lógico e quantitativo; aplicar medidas quantitativas de estimação em amostras contábeis e econômicas; e compreender o relacionamento de variáveis na explicação de grandezas contábeis e econômicas.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
Análise de Dados	
Estatística aplicada	
Estatística descritiva e inferencial	
Estatística clássica e análise baynesiana	
Variáveis discretas e contínuas	
Distribuição de Frequência	
Intervalos de classe	
Histogramas e polígono de frequência	
Frequência acumulada e relativa	
Representação gráfica	
Descrição de Dados	
Média aritmética	
Media geométrica	
Mediana	
Moda	
Quatilis, decis e percentis	
Amplitude	
Desvio médio, variância e desvio-padrão	
Coeficiente de variação	
Probabilidades	
Eventos independentes, dependentes e mutuamente exclusivos	
Valor esperado	
Probabilidade condicional	
Distribuição discreta e contínua	
Distribuição binomial	
Análise combinatória	
Variáveis aleatórias	
Regressão e Correlação	
Teoria da correlação	
Correlação linear e múltipla	
Medidas de correlação	
Mínimos quadrados	

Equação de correlação
 Erro padrão
 Variação explicada e não explicada
 Coeficiente de determinação e de correlação
 Equação de regressão
 Diagrama de dispersão
 Análise da correlação e regressão

Séries Temporais

Modelo clássico
 Tendência
 Variáveis cíclicas e irregulares
 Variáveis sazonais
 Previsão de ciclos e indicadores econômicos

Representação Gráfica

Gráficos e tabelas

Números Índices

Construção de índices simples e compostos
 Mudança de base de um número índice
 Índice de preço ao consumidor
 Deflação

Teoria da Amostragem

Amostras e populações
 Amostra aleatória
 Valor esperado

Testes de Hipóteses

Teste de diferenças de médias
 Determinação do tamanho da amostra
 Teste qui quadrado
 Distribuição T Student
 Distribuição binomial
 Distribuição F
 Teste de diferença entre variâncias

Noções de Cálculos Atuariais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MORETTIN, Pedro A. & BUSSAB, Wilton O. Estatística Básica. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
 BUSSAB, Wilton O. Análise de Variância e Regressão. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
 CRESPO. Antônio Arnot. *Estatística Fácil*. São Paulo: Ed.Saraiva, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SILVA, Ermes Medeiros da SILVA, Élio Medeiros da GONÇALVES, Valter, MU-

ROLO, Afrânio C. - Estatística – Para os Cursos de: Economia, Administração e Ciências Contábeis – São Paulo – Editora Atlas S. A – 1999 3ª Edição Vol. I e II.
FONSECA Jairo Simon da e MARTINS Gilberto de Andrade. Curso De Estatística 6ª Edição. Atlas. 1995.

DIREITO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA I

EMENTA

Aspectos legais do Direito Tributário; competência Tributária; Receitas Públicas e Tributos; Normas Gerais de Direito Tributário; Ilícito Tributário; Contencioso Tributário.

OBJETIVO

Conhecer e compreender a relação entre o Fisco e o Contribuinte, os princípios e normas que regem o direito e a legislação tributária e complementar, os tributos, as obrigações, a estrutura e o funcionamento da administração pública fiscal bem como o ilícito e o contencioso tributário

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aspectos gerais do Direito Tributário

- Ordem econômica e financeira
- Sistema Tributário Nacional
- Finanças públicas
- Princípios constitucionais tributário
- Poder de tributar
- Código Tributário Nacional

Competência Tributária

- Limitações
- Poderes e atributos
- Competência tributária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios
- Competência cumulativa, comum e residual

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASSONE, Vitório. Direito Tributário. São Paulo. Atlas. 2006.
MARINS, Sergio Pinto. Manual de Imposto Sobre Serviços. 6ª ed. São Paulo. Atlas. 2006.
OLIVEIRA, Luiz Martins de. Manual de Contabilidade Tributária. São Paulo. Atlas. 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- MARINS, Sergio Pinto. Manual de Imposto Sobre Serviços. 6ª ed. São Paulo. Atlas. 2004.
- Constituição Federal
Código Tributário Nacional
- HARADA, Kiyoshi. **Sistema Tributário na Constituição de 1988**. São Paulo: Saraiva, 1991.
- CÓDIGO ATLAS. **Código Tributário Nacional**. São Paulo : Atlas, 1996.
- CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva, 1993.
- HARADA, Kiyoshi. **Direito Financeiro e Tributário**. São Paulo : Atlas, 1998.

AUDITORIA I

EMENTA

Campo de atuação e marco legal da auditoria; classificações. Princípios, normas e técnicas de auditoria. Controles internos; planejamento, execução e avaliação dos trabalhos. Papéis de trabalho, pareceres e relatórios de auditoria.

OBJETIVO

Ofertar conhecimento sobre o que é auditoria e os seus procedimentos. Possibilitar que o aluno perceba a importância do auditor nas economias modernas e as várias possibilidades da auditoria.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Introdução à Auditoria - breve histórico sobre o seu desenvolvimento; conceitos e classificação da auditoria; formas de auditoria; definições de ética e responsabilidade legal na auditoria.
2. Normas de Auditoria Geralmente Aceitas - normas relativas à pessoa do auditor; à execução do trabalho de auditoria e ao parecer/relatório de auditoria. Fraude e erro.
3. Controle Interno - conceito; controles administrativos e contábeis; princípios de controle interno e revisão de controle interno; elaboração de questionários de avaliação de controle interno; riscos.
4. Teoria da amostragem aplicada à auditoria - conceito e método de seleção estatística e não estatística; determinação do tamanho da amostra; risco aceitável e fator de risco.
5. Planejamento dos trabalhos de auditoria - visão e características do planejamento; plano e programa de auditoria; levantamento e avaliação do sistema de

controle interno; procedimentos analíticos; testes substantivos; identificação dos pontos fortes e fracos; elaboração dos procedimentos de auditoria.

6. Papéis de trabalho - conceito; propriedade e utilidade; evidências; indicação das verificações e referências cruzadas; achados e prova de auditoria; procedimentos de elaboração; conclusões e arquivamento de papéis de trabalho.

7. Programa de Auditoria e Procedimentos Analíticos - exame físico; confirmação; exame dos documentos originais; conferências e cálculos; exame da escrituração; investigação minuciosa; cruzamento de informações; prova documental.

8. Parecer de Auditoria - estrutura dos pareceres dos auditores independentes; pareceres: com ressalva, adverso e com abstenção de opinião; responsabilidades e parágrafo de ênfase; estrutura de um relatório de auditoria.

9. Auditoria Governamental - estrutura do CI do setor Público; normas fundamentais da Auditoria Governamental; normas do serviço público federal; Tribunal de Contas da União e Controladoria Geral da União

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria**: um curso moderno e completo. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 592 p. ISBN 85 224 3503 6.

ATTIE, William. **Auditoria**: conceitos e aplicações. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 602 p. ISBN 978 85 224 5290 3.

BOYNTON, William C.; JOHNSON, Raymond N.; KELL, Walter G. **Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2002. 986 p. ISBN 85 224-3244-8.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 678, de 24 de julho de 1990**. Aprova normas sobre procedimentos de auditoria independente para revisões limitadas das informações trimestrais à comissão de valores mobiliários – CVM.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 781, de 24 de março de 1995**. Aprova a NBC P 3 - normas profissionais do auditor interno.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 820, de 17 de dezembro 1997**. Aprova a NBC T 11 - Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 821, de 17 de dezembro de 1997**. Aprova a NBC P 1 - Normas Profissionais de Auditor Independente com alterações e dá outras providências.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 830, de 16 de dezembro de 1998**. Aprova a NBC T 11 - IT 5 - parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 836, de 22 de fevereiro de 1999**. Aprova a NBC T 11 - IT 3 - fraude e erro.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 851, de 13 de agosto de 1999**. Aprova a NBC P 1 - IT 1 - regulamentação do item 1.9 da NBC P 1 - Normas Profissionais de Auditor Independente.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 976, de 22 de agosto de 2003.** Aprova a NBC P 1 - IT 3 - regulamentação do item 1.4 - honorários da NBC P 1 - Normas Profissionais do Auditor Independente.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EMENTA

Conceitos; Ajustes das Demonstrações Contábeis para Fins de Análise; Análise Vertical e Horizontal; Análise Econômico-Financeira.

OBJETIVO

Aplicar os critérios da análise de balanço para o desenvolvimento de raciocínio lógico, os quais contribuirão para a formação e a emissão de juízos críticos sobre a situação econômica e financeira das empresas. Aplicar os critérios da análise de balanço para o desenvolvimento de raciocínio lógico, os quais contribuirão para a formação e a emissão de juízos críticos sobre a situação econômica e financeira das empresas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conceitos

Análise

Objetivo da análise

Tipos e métodos de análise (de estrutura ou composição, de evolução ou crescimento,

por diferenças absolutas, números índices e de quocientes)

Ajustes das Demonstrações Contábeis para Fins de Análise

Reclassificação das demonstrações contábeis

Modelo de padronização das demonstrações contábeis

Análise Vertical e Horizontal

Objetivos da análise horizontal e vertical

Forma de cálculo da análise vertical e avaliação dos indicadores apurados

Forma de cálculo da análise horizontal e avaliação dos indicadores apurados

Análise Econômico-financeira

Índices de liquidez

Índices de endividamento

Gestão de caixa

- prazo médio de renovação de estoques
- prazo médio de recebimento de vendas
- prazo médio de pagamento de compras
- ciclos operacional e financeiro

- análise de capital de giro

Índices de rentabilidade

- lucratividade ou margem operacional líquida
- rentabilidade ou taxa de retorno dos acionistas
- retorno sobre investimentos
- retorno sobre o patrimônio líquido

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SANTI FILHO, Armando e OLINQUEVITCH, José Leônidas. **Análise de Balanços para Controle Gerencial.** São Paulo: Atlas, 1998.

MATARAZZO, Dante C. **Análise Financeira de Balanços.** 5 Ed. São Paulo. Atlas, 1998

PEREZ JR, José Hernandez e BEGALLI, Galucos Antonio. **Elaboração das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GITMAN, Lawrence. **Princípios de Administração Financeira**. São Paulo: Harbra, 1998.

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **Demonstrações financeiras**. São Paulo: Atlas, 1997.

ZDANOWICZ, José E.. **Fluxo de Caixa**. Porto Alegre: Sagra e Luzzatto, 1998.

SANTI FILHO, Armando e OLINQUEVITCH, José Leônidas. **Análise de Balanços para Controle Gerencial**. São Paulo: Atlas, 1998.

CONTABILIDADE AVANÇADA II

EMENTA

Consolidação das Demonstrações Contábeis; Conversão em Moedas Estrangeiras; Métodos de Avaliação de Investimento; Operações com Derivativos, Hedge e outros Instrumentos Financeiros

.OBJETIVO

Proporcionar a aquisição de conhecimento para um contato amplo com os conceitos contábeis aplicados a grandes corporações e grupos empresariais, nacionais e internacionais, mediante estudo e análise dos aspectos avançados da Contabilidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Consolidação das Demonstrações Contábeis

Noções preliminares

Fundamentos

Ajustes contábeis

Participação minoritária

Lucros não realizados

Método proporcional

Método integral

Conversão em Moedas Estrangeiras

Técnicas e taxas de conversão

Itens monetários e não monetários

Ganhos e perdas

Métodos de Avaliação de Investimento

Método de custo

Método de equivalência patrimonial e valor de mercado

Participações societárias (controladas e coligadas)

Relevância dos investimentos

Provisão para perdas

Aquisição com ágio e deságio

Critérios de forma de contabilização

Operações com Derivativos, Hedge e outros Instrumentos Financeiros

Reconhecimento, mensuração e evidenciação de instrumentos financeiros

Ganhos e perdas em operações com instrumentos financeiros

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. **Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

BRASIL. **Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995.** Altera a legislação do Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 14.**

Instrumentos financeiros: reconhecimento, mensuração e evidenciação.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 1.120, de 22 de fevereiro de novembro de 2008.** Aprova a NBC T 7 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 1.153, de 23 de janeiro de 2009.** Aprova a NBC T 19.19 - instrumentos financeiros: reconhecimento, mensuração e evidenciação. Disponível em:

<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001153>.

Acesso em: 19 ago. 2009.

INSTITUTO DE PESQUISAS CONTÁBEIS, ATUARIAIS E FINANCEIRAS (FIPE-CAFI).

Aprendendo contabilidade em moeda constante. São Paulo: Atlas, 1994. 320 p. ISBN 85 224-1091-0.

PERES JÚNIOR, José Hernandez. **Conversão de demonstrações contábeis:** FASB – Financial Accounting Standards Board, USGAAP - United States Generally Accepted Accounting Principles,

IASB - International Accounting Standards Board, IAS - International Accounting Standards. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 374 p. ISBN 978 85 224 4194 5.

PERES JÚNIOR, José Hernandez; OLIVEIRA, Luis Martins de. **Contabilidade avançada:** texto e testes com as respostas. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 284 p. ISBN 978 85 224 5359 7.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado:** como elaborar e

analisar o DVA. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 272 p. ISBN 978 85 224 4765 7.
 SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; FERNANDES, Luciane Alves. Contabilidade avançada: aspectos societários e tributários. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 352 p. ISBN 978 85 224 5201 1.

6º PERÍODO

AUDITORIA II	
EMENTA	
Auditoria dos principais grupos de contas. Procedimentos de auditoria interna. Procedimentos de auditoria operacional e de gestão. Procedimentos em auditoria em empresas que utilizam processamento de dados. Procedimentos de auditoria fiscal. Erros e fraudes. Prática de auditoria.	
OBJETIVO	
Proporcionar ao aprendiz o domínio das bases operacionais da moderna auditoria, mediante descrição e análise dos princípios em que se fundamenta esse ramo do saber contábil. Desenvolver a consciência de que o profícuo exercício da auditoria depende do poder criativo, da lógica do pensamento, e não apenas da simples aplicação de técnicas e normas estereotipadas. Ajudar o aluno a compreender a natureza da auditoria, seus objetivos e limitações no contexto da moderna governança corporativa.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
UNIDADE I: Introdução a Auditoria	
1.1-Revisão; Conceitos Básicos de Auditoria.	
UNIDADE II: Normas de Auditoria	
2.1-Conceitos; Aplicabilidade.	
UNIDADE III: Planejamento de Auditoria:	
3.1-Introdução;	
3.2-Obter Informação Financeiras, Contábil, Orçamentária, Pessoal e Fiscal;	
3.3-Determinar o teste de Auditoria;	
3.4-Identificação prévia de problemas;	
3.5-Organizar os procedimentos de auditoria.	
UNIDADE IV: Auditoria das Contas do Ativo:	
4.1-Introdução;	
4.2-Contas do Ativo;	
4.3-Auditoria de Caixa e Banco;	
4.4-Auditoria de Contas a Receber;	
4.5-Auditoria de estoque;	
4.6-Auditoria de Despesas Antecipadas;	
4.7-Auditoria de Investimentos;	
4.8-Auditoria de Imobilizado;	
4.9-Auditoria de Ativo Diferido;	
4.10-Estudo de Caso.	
UNIDADE V: Auditoria das Contas do Passivo e do Patrimônio Líquido:	

- 5.1-Introdução;
 5.2-Contas do Passivo;
 5.3-Auditoria de Fornecedores e Contas a Pagar;
 5.4-Auditoria de Imposto de Renda e Outras Obrigações Sociais a Recolher;
 5.5- Auditoria de Salários a Pagar e encargos a recolher;
 5.6-Auditoria de Empréstimos e financiamentos circulante e a longo prazo;
 5.7-Auditoria de resultados de exercícios futuros;
 5.8-Auditoria do patrimônio líquido;
 5.9-Estudo de Caso.
 UNIDADE VI: Auditoria de contas de resultados: I
 6.1-Introdução;
 6.2-Procedimentos de Auditoria;
 6.3-Análise e Verificação das contas de receitas e despesas;
 6.4-Estudo de Caso.
 UNIDADE VII: Auditoria do Setor Público:
 7.1-Introdução;
 7.2-Procedimentos de Auditoria.
 UNIDADE VIII: Parecer:
 8.1-Introdução;
 8.2-Tipos de Parecer;
 8.3-Exercícios práticos.
 UNIDADE IX: Relatórios
 9.1-Introdução;
 9.2-Técnicas de Elaboração de relatórios.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, M. C. Auditoria. São Paulo: Atlas, 2003.
 CREPALDI, S. A. Auditoria Contábil: teoria e prática. 4º Ed. São Paulo: Atlas, 2007.
 PEREIRA, A. C.; SOUZA, B. F. Auditoria Contábil: abordagem prática e operacional. São Paulo: Atlas, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE FILHO, E. O. Auditoria de Impostos e Contribuições. 3º Ed. São Paulo: Atlas, 2009.
 CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade. Brasília: CFC, 2003.
 GIL, A. L. Auditoria de Negócios. São Paulo: Atlas, 2002.
 PINHO, Ruth Carvalho de Santana. Fundamentos de Auditoria: Auditoria Contábil e Outras Aplicações de Auditoria. São Paulo: Atlas, 2008.
 SÁ, Antônio Lopes de. Curso de Auditoria São Paulo: Atlas, 2002.

CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO II	

EMENTA

Lei de responsabilidade fiscal; orçamento público; créditos adicionais; patrimônio público, plano de contas e escrituração contábil; demonstrações contábeis na área pública.

OBJETIVO

Compreender a organização da área governamental bem como os instrumentos e mecanismos contábeis das entidades públicas. Pretende-se também aplicar as práticas contábeis no setor público por meio de aprendizado teórico-prático.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Patrimônio Público

- Conceito
- Tipos de bens públicos
- Aspectos qualitativos e quantitativos

Plano de contas e escrituração contábil

- Considerações introdutórias
- Regimes contábeis
- Identificação de grupos
- Sistema de contas (orçamentário, financeiro, patrimonial e compensação)
- Mecanismos de contas
- Função e funcionamento das contas
- Contabilização de fatos típicos
- Exemplos práticos

Demonstrações contábeis na área pública

- Conceito, importância, finalidade, principais contas componentes: Balanço orçamentário, Balanço financeiro e Balanço Patrimonial
- Demonstrações das variações patrimoniais: Conceito, importância, finalidade, variações ativas e passivas, mutações ativas e passivas, principais contas componentes das variações

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BRASIL. Constituição (1988). Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 31 de agosto 2007.
- BRASIL. Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em:
http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/download/contabilidade/lei_comp_101_00.pdf#search=%22lei%20de%20responsabilidade%20fiscal%22>. Acesso em

31 de agosto de 2007.

KOHAMA, Hélio. Contabilidade pública: teoria e prática. 10ª ed. São Paulo. Atlas. 2006.

ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade pública na gestão municipal. 2ª ed. São Paulo. Atlas. 2006

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SILVA, Lino Martins da. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. 7ª ed. 2. tiragem. São Paulo. 2009.

CRUZ, Flávio da. **Auditoria governamental**. São Paulo: Atlas, 1997

SILVA, Lino Martins. **Contabilidade Governamental**. São Paulo: Atlas, 1998.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública**. São Paulo: Atlas, 1998.

ANGÉLICO, João. **Contabilidade Pública**. São Paulo: Atlas, 1998.

MERCADO DE CAPITAIS

EMENTA

EMENTA

Mercado de Capitais, de Finanças e de Crédito; Fatos Econômicos com Vistas a sua Contabilização; Tomada de Decisão sobre Investimentos; Fontes de Financiamento; Principais Operações e Indicadores de Mercado; Governança corporativa.

OBJETIVO

Compreender os fatos econômicos advindos das operações de mercado de capitais e financeiro; habilitar o profissional da Contabilidade a ter uma visão sistêmica e participativa das operações da empresa; e proporcionar o desenvolvimento de habilidades no processo de avaliação de um negócio.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Mercado de Capitais, Financeiro e de Créditos

Economia e mercado

Moeda e política monetária

Instrumentos de política monetária

Formação da taxa de juros

Os mercados do dinheiro

Sistema financeiro nacional

Fatos Econômicos com Vistas a sua Contabilização

Principais títulos do mercado de capitais

Tomada de Decisão sobre Investimentos

Análise fundamentalista

Análise gráfica ou técnica

Investimentos de curto e longo prazo

Fontes de Financiamento

Decisões de financiamento de capital de giro

Decisões de financiamento de longo prazo

Custo médio ponderado de capital (WACC)

Fundos Adicionais Necessários (FAN)

Principais Operações e Indicadores de Mercado

Principais indicadores de decisão

Margem de garantia

Registro contábil de derivativos

Corretoras e financiadoras

Governança Corporativa

Órgãos normativos e regulatórios

Novo mercado da Bovespa Código brasileiro das melhores práticas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado financeiro**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 318 p. ISBN 978 85 224 5436 5.

CALVACANTE, Francisco; MISUMI, Jorge Yoshio. **Mercado de capitais: o que é, como funciona**. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008. 424 p. ISBN 978 85 352 2618 8.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2004. 776 p. ISBN 978 85 886 3912 6.

MELLAGI FILHO, Armando; ISHIKAWA Sérgio. **Mercado financeiro e de capitais**. 2. ed., 4. tir. São Paulo: Atlas, 2003. 384 p. ISBN 85 224-3404-6.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RANGEL, Armênio de Souza, SANTOS, José Carlos de Souza e BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira. **Matemática dos mercados financeiro: a vista e a termo**. 1ª ed. São Paulo: Atlas. 2003.

BRAGA, Roberto. **Fundamentos e Técnicas de Administração Financeira**. São Paulo: Atlas. 1992.

BRASIL. Lei das Sociedades por ações. Lei nº 6.404, de 15-12-76, legislação complementar. 21 ed. São Paulo: Atlas. 1989. 3. CASAROTTO FILHO, Nelson e KOPITTKKE, Bruno Hartmut. **Análise de investimentos: matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão, estratégia empresarial**. 6 ed. São Paulo: Atlas. 1994.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: produtos e serviços**. Rio de Janeiro, Quality-mark. 1996.

SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS	

EMENTA

Conceitos Básicos; Sistemas e Subsistemas de Informação.

OBJETIVO

Proporcionar a compreensão das informações necessárias ao processo de tomada de decisão nas organizações; dimensionar a estrutura para viabilizar a implantação e a operacionalização dos sistemas de informações; e assegurar a integridade, a atualização e a confiabilidade das informações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conceitos Básicos

Sistemas de informação

Aplicações do e-business

Comercio eletrônico (e-commerce): venda de produtos via internet, pagamento eletrônico e extranet

Serviço eletrônico (e-services): venda de informações via internet, índices financeiros,

licitações, leilão e leilão reverso

Educação eletrônica (e-learning): ensino realizado por meios eletrônicos

Sistemas e Subsistemas de Informação

Eficácia e eficiência empresariais

Modelo de gestão e processo de gerência

Estruturas organizacionais

Tecnologia da informação

Plano estratégico de sistemas de TI

Decisão, implantação e operacionalização dos sistemas contábeis

Plano de contas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BATISTA, Emerson O. Sistemas de informação: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento. São Paulo: Saraiva, 2004

BRIEN, James A. Sistema de informação e as decisões gerenciais na era da internet. 9ª ed. Saraiva. São Paulo. 2001.

MOSCOVE, Stephen A. et all. Sistemas de Informações Contábeis. São Paulo: Atlas. 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

O'BRIEN, James A. Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da Internet. São Paulo: Saraiva, 2001.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Sistemas de Informações Gerenciais: estratégicas, táticas e operacionais. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

REZENDE, Denis A.; ABREU, Aline F. Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais: o papel estratégico da informação e dos sis-

temas de informação nas empresas. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

ANÁLISE DE PROJETOS E ORÇAMENTO EMPRESARIAL

EMENTA

Aspectos Introdutórios; Orçamento de Vendas; Orçamento de Produção; Orçamento de Despesas Operacionais; Orçamento de Caixa; Demonstrativo de Resultado de Exercício Projetado; Balanço Patrimonial Projetado; Controle Orçamentário; Análise de Projetos Empresariais.

OBJETIVO

Aplicar os mecanismos do processo de elaboração do orçamento empresarial, desenvolvendo habilidades para a estruturação do controle orçamentário de uma empresa e aplicando as técnicas de avaliação de projetos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aspectos Introdutórios

Noções básicas de planejamento

Definições, objetivos e características do sistema orçamentário

Condições para implantar um sistema orçamentário

Processo de elaboração

Sequência de aplicação

Vantagens, limitações e problemas do orçamento

Orçamento de Vendas

Introdução, conceitos e objetivos

Variáveis e restrições

Métodos de estimação da procura

Orçamento de Produção

Introdução, conceitos e objetivos

Orçamento de quantidades a produzir

Orçamento de compra de matéria-prima

Orçamento de mão-de-obra direta

Orçamento dos custos indiretos de fabricação

Orçamento de Despesas Operacionais

Introdução, conceitos e objetivos

Orçamento das despesas administrativas

Orçamento das despesas com vendas

Orçamento das despesas financeiras

Orçamento das despesas tributárias

Orçamento de Caixa

Introdução, conceitos e objetivos

Apresentação e desenvolvimento

Demonstrativo de resultado de exercício projetado

Introdução, conceitos e objetivos

Apresentação e desenvolvimento

Demonstrativo de Resultado de Exercício Projetado

Introdução, conceitos e objetivos

Apresentação e desenvolvimento

Balanco Patrimonial Projetado

Introdução, conceitos e objetivos

Apresentação e desenvolvimento

Controle Orçamentário

Conceitos, objetivos e características de controle gerencial

Atividades do controle orçamentário

Análise de Projetos Empresariais

Conceitos

Concepções

Erros na montagem de projeto

Simulações

Interface de projetos

Áreas de gerenciamento de projetos

Modelo para gerenciamento de projetos

Métodos de análise de investimentos (período de recuperação do investimento ou payback, taxa interna de retorno ou TIR, valor presente líquido ou VPL)

Risco e incerteza

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREZATTI, Fábio. Orçamento Empresarial. Atlas, 2000.

MACEDO, A. C. Um enfoque do orçamento empresarial como ferramenta de controle e avaliação de desempenho. *Anais do XVII Congresso Brasileiro de Contabilidade*. Santos: CFC, 2004.

PADOVEZE, C.L. Planejamento Orçamentário. São Paulo: PioneiraThomson Learning, 2005.

PADOVEZE, C. L.; TARANTO, F. C. Orçamento empresarial - novos conceitos e técnicas. São Paulo: Pearson, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ATKINSON, A.; BANKER, R.; KAPLAN, R; YOUNG, S. Contabilidade gerencial. São Paulo: Atlas, 2000.

HOWELL, R. A. Vire de cabeça para baixo o processo orçamentário. *Harvard Business Review*, julago/ 2004.

MOREIRA, J. C. Orçamento empresarial - manual de elaboração. São Paulo: Atlas, 2002.

DIREITO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA II

EMENTA

Aspectos legais do Direito Tributário; competência Tributária; Receitas Públicas e Tributos; Normas Gerais de Direito Tributário; Ilícito Tributário; Contencioso Tributário

OBJETIVO

Conhecer e compreender a relação entre o Fisco e o Contribuinte, os princípios e

normas que regem o direito e a legislação tributária e complementar, os tributos, as obrigações, a estrutura e o funcionamento da administração pública fiscal bem como o ilícito e o contencioso tributário.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Receitas públicas e tributos

- Conceito e classificação de receitas
- Conceito e classificação de tributos
- Impostos, taxas e contribuições de melhorias
- Contribuições parafiscais e empréstimo compulsório
- Distribuição de receitas tributárias

Normas gerais de Direito Tributário

- Legislação tributária
- Obrigação tributária (principal ou acessória)
- Crédito tributário
- Administração tributária

Ilícito tributário

- Infrações tributárias
- Sanções administrativas e penais
- Crimes fiscais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASSONE, Vitorio. Direito Tributário. São Paulo. Atlas. 2006.

MARINS, Sergio Pinto. Manual de Imposto Sobre Serviços. 6ª ed. São Paulo. Atlas. 2006.

OLIVEIRA, Luiz Martins de. Manual de Contabilidade Tributária. São Paulo. Atlas. 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARTINS, Sergio Pinto. Manual de Imposto Sobre Serviços. 6ª ed. São Paulo. Atlas. 2004.

Constituição Federal
Código Tributário Nacional

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I - LABORATÓRIO

EMENTA

Apresentação e uso do software aplicativo para a área de contabilidade com simulação de operações e de registros contábeis por sistema de processamento de dados. Registro de firma individual e sociedades; criação de Plano de Contas e

planejamento administrativo Apuração de resultado e levantamento de demonstrações contábeis. Escrita fiscal e contábil. Registros fiscais de operações com mercadorias. Registros contábeis de operações com mercadorias. CVM-Custo das Mercadorias Vendidas e Demonstrações. Folha de pagamento. Ativo fixo.

OBJETIVO

Apresentar a informática como um recurso que está incorporado à empresa contábil, através de um software escolhido e relacionado ao registro contábil do patrimônio das entidades, informando assim, os procedimentos que o contador deve realizar na execução do registro informatizado.

Mostrar como se aplica o conhecimento teórico adquirido nas disciplinas por meio da interdisciplinaridade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Apresentação de *software* aplicativo para a contabilidade
- Planejamento administrativo, criação e seleção do Plano de Contas
- Simulação de operações e registros contábeis da constituição de empresas
- Constituição de uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada
- Registros contábeis dos fatos constitutivos e estruturais da empresa
- Registros fiscais e contábeis de operações com mercadorias
- Operações de pagamentos, recebimentos, compras e vendas
- Escrituração fiscal e contábil
- Apuração do custo da mercadoria vendida
- Apuração de resultado e levantamento de Demonstrações Contábeis
- Rotinas contábeis da folha de pagamento, provisões das despesas sobre a folha de pagamento, provisões dos tributos e ajustes contábeis.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTHONY & GOVINDARAJAN, Vijay. Sistemas de controle gerencial. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Edson. Contabilidade informatizada. São Paulo. Atlas, 2000

PADOVEZE, Clovis Luiz. Sistemas de Informações Contábeis. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

VALDEMERI, Alexander Roberto. Informática Básica. Indaial: Asselvi, 2002

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GIL, Antonio de L. Auditoria em computadores. São Paulo: Atlas, 2000.

LOPES, Alexsandro Broedel. A informação contábil e o mercado de capitais. São-Paulo: Thomson Pioneira, 2002.

GIL, Antônio de Loureiro. **Sistemas de informações contábil/financeiros**. 2a ed. – São Paulo: Atlas, 1995.

PADOVEZE, Clovis Luiz. **Sistemas de Informações Contábeis**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

7º PERÍODO

CONTROLADORIA I	
<p>EMENTA A função da controladoria nas organizações; da contabilidade à controladoria; ativo, passivo e teorias patrimoniais; resultado; evidenciação.</p> <p>OBJETIVO Proporcionar aos alunos os conceitos avançados da contabilidade, situando-o no contexto das técnicas para preparação das informações contábeis específicas.</p> <p>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Da contabilidade à controladoria. 2. Objetivos e usuários da informação econômico-financeira. 3. Evolução do pensamento contábil; a contabilidade no Brasil, a formação do profissional da contabilidade, a controladoria nas organizações hoje. 4. Enfoques metodológicos da produção do conhecimento. 5. Ativo, passivo e teorias patrimoniais: conceito, mensuração, as diversas teorias do patrimônio líquido. 6. Resultado: conceitos contábil e econômico de receita, despesa e lucro. 7. A evidenciação: técnicas de evidenciação. <p style="text-align: center;">BIBLIOGRAFIA BÁSICA</p> <p>GOLDRATT, Eliyahu M; COX, Jeff. A meta: um processo de melhoria contínua. 2. ed. Nobel, 2003. ISBN: 85 213 1236 9.</p> <p>KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. A estratégia em ação: balanced scorecard. Rio de Janeiro: Campus, 1997. ISBN 85 352-0149-1.</p> <p>NAKAGAWA, Massayuki. ABC: custeio baseado em atividades. 2. ed. 6. tir. São Paulo: Atlas, 2001. 96 p. ISBN 978 85 224 2967 7.</p> <p style="text-align: center;">BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</p> <p>FIPECAFI. Controladoria: uma abordagem da gestão econômica GECON. 2. ed. 7. tir. São Paulo: Atlas, 2001. 576 p. ISBN 978 85 224 2910 3.</p> <p>OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 337 p. ISBN 978 85 224 5429 7.</p> <p>SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo. Fundamentos de controladoria. São Paulo: Atlas, 2006. 280 p. (Coleção resumos de contabilidade; v.17). ISBN 85 224 4389 5.</p>	
CONTABILIDADE INTERNACIONAL	

EMENTA

Aspectos Introdutórios; Organismos Reguladores da Profissão; Práticas de Governança Corporativa; Demonstrações Contábeis em Ambiente Internacional.

OBJETIVO

Conhecer os principais aspectos da harmonização contábil internacional, seus organismos regulamentadores e as diferenças relevantes entre os padrões nacionais e internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aspectos Introdutórios

Conceitos

Antecedentes históricos

Cenário mundial

Organismos Reguladores da Profissão

AIC

IASB

IFAC

IOSCO

FASB

CFC

UE - União Europeia

Harmonização Contábil Internacional

Normas Brasileiras: normas de regulação e estrutura conceitual

Normas do IASB

Normas Americanas (USGaap)

Certificação internacional

Práticas de Governança Corporativa

Adaptações à Lei SarbanesOxley

Accountability

Disclosure

Demonstrações Contábeis em Ambiente Internacional

Conceitos referentes às demonstrações contábeis

Análise das congruências e divergências da estrutura das demonstrações contábeis

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, Fabio Moraes da; CARVALHO, L. Nelson; LEMES, Sirlei. **Contabilidade Internacional**: aplicação das IFRS 2005. 3. tir. São Paulo: Atlas, 2006. 274 p. ISBN 978 85 224 4365 9.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade internacional**. São Paulo: Atlas, 2005. 165 p. ISBN 978 85 224 4136 5.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; FERNANDES, Luciane Alves. **Contabilidade internacional avançada**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008, 470 p. ISBN 978 85 224 4904 0.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

INTERNACIONAL ACCOUNTING STANDARDS COMMITTEE. **International Financial Reporting Standards 2009**: bound volume. London: IASB, 2009. ISBN 978 1 905590 90 2. IQBAL, M. Zafar. **International accounting: a global perspective**. 2. ed. Cincinnati, Ohio: South-Western, c2002. xxii, 546 p. ISBN 03 240 2350 2.

INTERNACIONAL ACCOUNTING STANDARDS COMMITTEE. **Normas internacionais de contabilidade 2001**: texto completo de todas as normas internacionais de contabilidade e interpretações do SIC existentes em 1º de janeiro de 2001. São Paulo: IBRACON, 2002. 1248 p. ISBN 85 893-2501-X.

FINANÇAS EMPRESARIAIS

EMENTA

Administração Financeira; Mercados Financeiros; Risco e Retorno de Ativos e Avaliação de Carteira; Alavancagem; Planejamento Financeiro.

OBJETIVO

Proporcionar a compreensão dos aspectos teóricos relativos aos critérios de avaliação de ativo, passivo patrimônio líquido e de valoração de uma empresa, dentro de um contexto estratégico contábil-financeiro inserido numa cultura voltada à criação e valor, transparência e governança cooperativa exigida pelos seus diversos interessados (*stakeholders*).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Administração Financeira

Conceitos

O papel do administrador financeiro (finanças empresariais X finanças públicas)

Ciclo financeiro

Mercados Financeiros

Mercado financeiro

Mercado monetário

Mercado de capitais

Risco e Retorno de Ativos e Avaliação de Carteira

Risco de carteira

Modelos de precificação de ativos financeiros (CAPM)

Alavancagem

Análise do ponto de equilíbrio

Alavancagem operacional

Alavancagem financeira

Alavancagem combinada

Planejamento Financeiro

Estrutura de capital da empresa

Custo de capital

Política de dividendos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Marcio; FEIJO, Paulo Henrique. **Gestão de finanças públicas: Fundamentos e Prática de Planejamento, Orçamento e a Administração Financeira com Responsabilidade Fiscal**. 2. ed. [Brasília: do autor], 2008. ISBN 8590627322.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes. **Contabilidade pública: da teoria à prática**. São Paulo: Saraiva, 2004. 292 p. ISBN 85-02-04512-1.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade pública: teoria, técnica de elaboração de balanços e 500 questões**. 3. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 338 p., il. (Série provas e concursos). ISBN 978-85-352-2716-1.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Disponível em:

_____. **Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

_____. **Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio e 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

_____. **Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual técnico de demonstrativos fiscais: aplicado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios**. 2. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2009. 3 v.

CASTRO, Domingos Poubel de; GARCIA, Leice Maria. **Contabilidade pública no governo federal: guia para reformulação do ensino e implantação da lógica do SIAFI nos governos municipais e estaduais com utilização do Excel**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 394 p., il. ISBN 978-85-224-4972-9.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 14. ed. -- São Paulo: Atlas, 2008. 365 p. ISBN 978-85-224-4752-7.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. **Contabilidade pública: integrando união, estados e municípios (Siafi e Siafem)**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 230 p. ISBN 978-85-224-4709-1.

MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade aplicada ao setor público**. [S.l.]: do autor, 2009. ISBN 8590673715.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009. ISBN 8522455503.

EMENTA

Apuração e Escrituração Contábil; Elisão (planejamento tributário); Ajustes do Lucro Contábil para Apuração do Lucro Real; Reconhecimento dos Efeitos dos Ajustes na Apuração do Lucro Real; Apuração e Escrituração de Lucro Presumido e Simples.

OBJETIVO

Proporcionar a compreensão do sistema tributário brasileiro; compreender o funcionamento dos tributos cumulativos e não cumulativos; distinguir os mecanismos de elisão da prática da evasão; entender os mecanismos de controle e a prática contábil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Apuração e Reconhecimento Contábil

Metodologia de cálculo do tributo direto e indireto

Imposto de renda das pessoas jurídicas

Contribuição social sobre o lucro líquido

ICMS

ISSQN

IPI

Pis e Cofins

Procedimento contábil

Elisão (Planejamento Tributário)

Não ocorrência de fato gerador

Diferimento do crédito tributário

Procedimento contábil

Ajustes do Lucro Contábil para Apuração do Lucro Real

Adições e Exclusões Temporárias

Adições e Exclusões Permanentes

Prejuízo fiscal

Demonstração do Lucro Real

Reconhecimento dos Efeitos dos Ajustes na Apuração do Lucro Real

Constituição de Créditos Tributários

Constituição de Obrigações Tributárias

Apuração e Escrituração de Lucro Presumido e Simples

Apuração e reconhecimento dos tributos

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORGES, Humberto Bonavides; **Planejamento tributário: IPI, ICMS, ISS e IR**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 416 p. ISBN 978 85 224 4383 3.

FABRETTI, Lúdio Camargo; FABRETTI, Dilene Ramos. **Direito tributário para os cursos de administração e ciências contábeis**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 192 p. ISBN 85 224 4771 8.

HIGUCHI, Hiromi; HIGUCHI, Fábio Hiroshi; HIGUCHI, Celso Hiroyuki. **Imposto de renda das empresas: interpretação e prática**. 34. ed. São Paulo: IR publicações, 2009. 952 p. ISBN9788561291013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Decreto n. 3000, de 26 de março de 1999.** Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

BRASIL. **Decreto n. 4.544, de 26 de dezembro de 2002.** Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.

Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis n.ºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

EMENTA

Revisão e complemento dos conceitos do projeto de pesquisa. Elaboração do instrumento de procedimentos e coleta de dados da pesquisa. Instrumento de tratamento e análise dos dados. Revisão das normas da ABNT. Elaboração do relatório de pesquisa em formato de artigo conforme padrão científico. Revisão e ajustes.

OBJETIVO

Produzir, com base no projeto de pesquisa desenvolvido em disciplina anterior, o trabalho de conclusão de curso.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1.Revisão e complemento dos conceitos do projeto de pesquisa
- 2.Elaboração do instrumento de procedimentos e coleta de dados da pesquisa
- 3.Instrumento de tratamento e análise dos dados
- 4.Revisão das normas da ABNT
- 5.Elaboração do relatório de pesquisa em formato de artigo conforme padrão científico
- 6.Revisão e ajustes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PROJETO DE PESQUISA desenvolvido na disciplina: Projeto de pesquisa em contabilidade

APRENDIZADO e Referências Bibliográficas relativa às disciplinas aplicadas a Ciências Contábeis desse projeto pedagógico

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003.

Variável segundo o tema desenvolvido por cada aluno.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II - LABORATÓRIO

EMENTA

Visita *in loco* à empresa para observação, mapeamento e identificação de um problema. Análise e registro dos dados contábeis da organização. Problematização e elaboração de um relatório descritivo da contabilidade geral da empresa.

OBJETIVO

Proporcionar conhecimentos práticos essenciais ao exercício da profissão de contador, ressaltando as rotinas, os expedientes, os procedimentos e as problemáticas no universo empresarial. Demonstrar o sentido do estágio supervisionado na formação do contador. Discutir os fundamentos legais do estágio supervisionado. Apresentar o campo de atuação de estágio supervisionado em contabilidade e os critérios para elaboração do plano de estágio.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O sentido do estágio supervisionado na formação do contador

-Fundamentos legais do estágio supervisionado

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMARAL, Patrícia Ferreira. Ensino-aprendizagem na área da educação contábil. Uma investigação teórica-empírica. Campinas: PUC, 2006.

BIANCHI, A.C. de M.; ALVARENGA, M.; BIANCHI, R. Manual de orientação: estágio supervisionado. São Paulo: Pioneira, 2001.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FIGUEIREDO, Luciano. O estágio supervisionado. Disponível em: [www.-interrogacaofilmes.com/textos.asp](http://www.interrogacaofilmes.com/textos.asp)

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Metodologia Científica. 4 ed. São Paulo:Atlas, 2006.

VALDEMERI, Alexander Roberto. **Informática Básica**. Indaial: Asselvi, 2002.

VELLOSO, Fernando de C. **Informática: Conceitos Básicos**. São Paulo: Campus, 1998.

MASTERMAQ. Software de contabilidade.

PH Sistemas. Software de contabilidade.

Boletim Semanal INFORMARE

8º PERÍODO

CONTROLADORIA II	
EMENTA	
Contextualização; Planejamento; Gestão e Controladoria; Avaliação de Desempenho; Ferramentas de Gestão.	
OBJETIVO	
Compreender o processo de gerenciamento das empresas por meio das funções de controladoria, planejamento, avaliação de desempenho e ferramentas de gestão empresarial.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
Contextualização	
- Função da controladoria	
- Ambiente	
- Função do controller	
Planejamento	
- Conceitos	
- Tipos (estratégico e operacional)	
- Etapas de implementação (estratégia, missão, ambiente, objetivos e metas e acompanhamento)	
- Acompanhamento da execução do plano	
Gestão e a Controladoria	
- Processo decisório	
- Plano estratégico	
- Sistema de avaliação de desempenho	
- Modelo de gestão	
Avaliação de desempenho	
- Aspectos introdutórios	

- Tipos de indicadores
- Administração por centro de responsabilidades
- Modelo de avaliação de desempenho

Ferramentas de gestão

- EVA
- Balanced Scorecard
- Benchmarking
- ABC

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NAKAGAWA, Masayuki. Introdução à Controladoria: Conceitos, Sistemas, Implementação. Série GECON. São Paulo. Atlas. 2007.

SCHMIDT, Paulo e SANTOS, José Luiz dos Santos. Fundamentos de controladoria: Coleção resumo de contabilidade. 17 vol. São Paulo. Atlas. 2006.

FIGUEIREDO, Sandra e CAGGIANO, Paulo César. Controladoria: Teoria e Prática. 3ª ed. São Paulo. Atlas. 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CATELLI, Armando. Controladoria: Uma abordagem da gestão econômica. 2ª ed. São Paulo. Atlas. 2001.

CORONADO, Osmar. Controladoria no atacado e varejo: Logística integrada de modelo de gestão. 1ª ed. São Paulo. Atlas. 2001.

ANTHONY, Robert. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo. Atlas, 1991.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo. Atlas, 1998.

MANUAL de Controladoria Financeira. **IOB – Informações Objetivas**. São Paulo. Câmara do Livro.

PADOVESI, Clovis Luis. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo. Atlas, 1994.

MOSIMANN, Clara Pellegrinello & FISCH, Sílvio. **Controladoria: seu papel na administração de empresas**. São Paulo: Atlas, 1999.

CONTABILIDADE SÓCIO- AMBIENTAL

EMENTA

Responsabilidade Social; Responsabilidade Ambiental; Balanço Social; Modelos de Balanço Social; Contabilidade Ambiental; Balanço Ambiental; Demonstração do Valor Adicionado, Legislação Aplicável. Agregados econômicos. Aspectos preventivos do relacionamento empresa-ambiente.

OBJETIVO

Oferecer aos alunos os conceitos fundamentais para se fazer à análise qualitativa da atividade global, enfatizando a importância da Contabilidade Social e Ambiental como instrumento de mensuração de todas as atividades econômicas nacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 A questão ambiental em uma evolução histórica
2. A industrialização como promotora do desenvolvimento
- 3 A questão ambiental nas organizações privadas brasileiras: uma análise dos reducionismos existentes
- 4 Empresas ambientalmente correta: o desafio da real conscientização
- 5 Custos sociais
- 6 A taxação das empresas como instrumento inibidor da emissão de poluentes
- 7 Contabilização de eventos ambientais
- 8 Legislação ambiental e questões atuais sobre desenvolvimento econômico sustentável e sistema econômico
7. Indicadores Sociais
8. Crescimento X desenvolvimento
9. Indicadores de qualidade de vida e o índice de desenvolvimento humano
10. Desigualdade regional e qualidade de vida.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

RIBEIRO, Maísa de Souza. Contabilidade Ambiental. São Paulo, Saraiva, 2005.
 SANTOS, Arioaldo dos. Demonstração do valor adicionado. São Paulo, Atlas, 2007.
 TIBÚRCIO, César Augusto; FREIRE, Fátima. Balanço Social: teoria e prática. São Paulo, Atlas, 2001

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CALIXTO, Laura. O Ensino da contabilidade ambiental nas universidades brasileiras: um estudo exploratório. Revista Universo Contábil. Blumenau, v. 2, n. 3, ano 1, p. 65-78, set./dez. 2006. Disponível em:
 <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/viewFile/131/90>>.
 DIAS, R. Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. São Pau-

lo: Atlas, 2006.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Contabilidade e Gestão Ambiental. São Paulo, 2004.

PAIVA, [Paulo Roberto de](#). **Contabilidade Ambiental: Evidenciação dos Gastos Ambientais com Transparência e Focada na Prevenção**. São Paulo: Atlas, 2003.

CONTABILIDADE RURAL

Objetivo Geral: Apresentar conceitos da contabilidade de cooperativas e Contabilidade Rural.

Ementa

Contabilidade aplicada à sociedades cooperativas. Normas de contabilidade específicas para sociedades cooperativas. Normas relativas à legislação cooperativista – Lei no. 5.764/71. Participações em sociedades não cooperativas, participação em cooperativas centrais. Plano contábil de contas, operações comerciais, impostos incidentes sobre vendas. Contabilidade rural: empresas agrícolas, pecuária, agropecuária; plano de contas, métodos de valorização de estoques nas atividades rurais, cálculo e evidenciação de custos, questões fiscais específicas, demonstrações financeiras.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural** : uma abordagem decisória. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1998

DELOITTE Ross Thomatsu. **Contabilidade agrícola e Pecuária**. São Paulo: Atlas, 2009

MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NARDON, Nasi&Cia. **Contabilidade aplicada em sociedades cooperativas**. Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo. Curso de contabilidade aplicada. São Paulo: Atlas, 1994.

HIGUCHI, Hisomiet HIGUCHI, Fábio H. **Imposto de renda nas empresas**: interpretação e prática. São Paulo: Atlas, 2009

BORGES, Humberto Bonavides. **Gerência de Impostos IPI, ICMS e ISS**. São Paulo: Atlas, 2006.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

EMENTA

Revisão e complemento dos conceitos do projeto de pesquisa. Elaboração do instrumento de procedimentos e coleta de dados da pesquisa. Instrumento de tratamento e análise dos dados. Revisão das normas da ABNT. Elaboração do relatório de pesquisa em formato de artigo conforme padrão científico. Revisão e ajustes.

OBJETIVO

Produzir, com base no projeto de pesquisa desenvolvido em disciplina anterior, o trabalho de conclusão de curso.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Revisão e complemento dos conceitos do projeto de pesquisa; Elaboração do instrumento de procedimentos e coleta de dados da pesquisa; Instrumento de tratamento e análise dos dados; Revisão das normas da ABNT; Elaboração do relatório de pesquisa em formato de artigo conforme padrão científico; Revisão e ajustes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PROJETO DE PESQUISA desenvolvido na disciplina: Projeto de pesquisa em contabilidade
 APRENDIZADO e Referências Bibliográficas relativa às disciplinas aplicadas a Ciências Contábeis desse projeto pedagógico.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**ESTÁGIO SUPERVISIONADO III****EMENTA**

Práticas e processos. Formalização de oportunidades e negócios. Estudo contábil de empresas comerciais, industriais e de serviços. Práticas contábeis. Contabilização da operacionalização contábil. Simulação de negócios.

OBJETIVO

Identificar procedimentos da prática e da formalização de oportunidades de negócios.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

-Aspectos de formalização de empresas comerciais, S/A e sem fins lucrativos

- Análise e viabilidade de projetos e oportunidade de negócios
- Estudo contábil dos segmentos empresariais: sem fins lucrativos, prestação de serviços, comerciais, industriais e de construção civil e governamental
- Prática de contabilização de ativos intangíveis e demonstrativos contábeis
- Relatório do aprendizado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Contabilidade Intermediária**. São Paulo : Atlas, 1998.
 GHEMAWAT, Pankaj. A estratégia e o cenário dos negócios. São Paulo: Makron Books, 1993. Porto Alegre: Bookman, 2002.
 MARTINS, Eliseu et al. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. São Paulo: Atlas, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública**. São Paulo: Atlas, 1998
 MARION, José C. **Contabilidade empresarial**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1993
 PEREZ Jr., José H. et OLIVEIRA, Luiz Martins de. **Contabilidade avançada**. São Paulo: Atlas, 1997.
 SOUZA, Alceu e CLEMENTE, Ademir. **Decisões financeiras e análise de investimentos**. São Paulo : Atlas, 1997.
 SILVA, Lino Martins. **Contabilidade Governamental**. São Paulo: Atlas, 1998.

LIBRAS

EMENTA

Histórico da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Língua de Sinais, Letramento e identidade. A Libras como fator de inclusão social da pessoa surda. A Libras no contexto da legislação educacional. O conhecimento básico de Libras para a intervenção do professor de Educação Física.

OBJETIVO

Instrumentalizar o aluno para a instrução e/ou inclusão educativa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Sinais básicos de comunicação, codificação e decodificação dos sinais, regionalização da linguagem de sinais. Os sinais específicos para a comunicação na cultura corporal de movimento. Construção do pensamento na comunicação por sinais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERNANDES, E. **Linguagem e Surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
 GÓES, M.C.R. **Linguagem, Surdez e Educação**. Campinas: Autores Associados, 1999.
 MOURA, M.C. **O Surdo**: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

QUADROS, R.M. **Educação e Surdez**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
 QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. **Língua de Sinais Brasileira**: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.
 BRANDÃO, Flavia, **Dicionário Ilustrado de Libras**, editora Global.

:

Contabilidade Ambiental e Sustentabilidade

EMENTA

Conceitos e objetivos da Contabilidade Ambiental. Ativo, Passivo, Receita e Despesas ambientais.
 Adequação da relação empresa-meio ambiente. Considerações gerais sobre a Contabilidade Ambiental.
 Métodos de Valoração de Ativos e Passivos Ambientais. Noções sobre dano ambiental. Dano Ambiental -conceito e forma de reparação. Desenvolvimento Sustentável. Relatórios Ambientais. Balanço Social. Noções sobre economia ambiental.

OBJETIVO

Demonstrar aos alunos do curso de Ciências Contábeis os conceitos básicos e os procedimentos sobre a contabilidade ambiental e discutir assuntos referentes ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Apresentação do conteúdo e da metodologia a ser adotada no curso
- Introdução ao Meio Ambiente
- Meio ambiente
- Problemas Ambientais
- Consequências Ambientais
- Outros assuntos ambientais

- Dano Ambiental
- Dano Ambiental
- Formas de reparação do dano ambiental
- Gestão Ambiental
- Novo paradigma: gestão ambiental
- Impactos Ambientais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PAIVA, P. R. Contabilidade Ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focado na prevenção. São Paulo: Atlas, 2003.

FERREIRA, A.C.S. Contabilidade Ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável. 2ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MOTTA, Ronaldo Seroa da. Economia Ambiental. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

THOMAS, Janet M.; CALLAN, Scott J. Economia Ambiental. Aplicações, políticas e teoria. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DONAIRE, D. Gestão Ambiental na Empresa. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROBLES JR, A. Custos da Qualidade: aspectos econômicos da gestão da qualidade e da gestão ambiental. 2ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Danny Monteiro da. Dano ambiental e sua reparação. Curitiba: Juruá, 2010.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; GOMES, Mônica Zaidan. Contabilidade Ambiental e Relatórios Sociais. São Paulo: Atlas, 2009.

ALMEIDA, Josimar Ribeiro. Perícia Ambiental Judicial e Securitária: Impacto, Dano e Passivo Ambiental. Rio de Janeiro. Tex Editora, 2006
por sinais.

Contabilidade Social

EMENTA

Caracterização e Desenvolvimento Conceitual da Contabilidade Social. Natureza, Utilização e Limitações da Contabilidade Social. Sistema de Contas Nacionais para uma Economia Fechada e aberta. Sistema de Contas nacional brasileiro. Medidas da Atividade Econômica (produto, renda, consumo, poupança, investimento, gastos do governo, exportações e importações). Relações básicas que definem a estrutura de contas nacionais. Sistema de Contas Nacionais. Produto Interno Bru-

to. Dívida Pública: Interna e Externa. Mercados Financeiros: estrutura e mecanismos básicos de funcionamento. Finanças Públicas: conceitos e medidas. Balanço de Pagamentos e Indicadores da Economia Internacional.

OBJETIVO

Facilitar ao aluno o conhecimento do sistema da Contabilidade Social de forma a compreender a política macroeconômica e os efeitos das políticas fiscais e monetárias nas contas nacionais, bem como a forma como apresentá-las.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Balanço Social
- Para que serve e como se elabora
- DVA e sua importância
- Responsabilidade Social e Pública das organizações
- Responsabilidade e balanço social no Brasil
- Balanço ecológico e a contabilidade ambiental
- Relatório Sócio Ambiental
- Função
- Transparência

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TACHIZAWA, T. Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 4ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DIAS, R. Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2006.

CARVALHO, Gardênia Maria Braga. Contabilidade Ambiental: Teoria e Prática. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DA SILVA, Benedito Gonçalves. Contabilidade Ambiental: sob a ótica da contabilidade financeira. Curitiba: Juruá, 2009.

RIBEIRO, O.M. Contabilidade Ambiental. São Paulo: Saraiva, 2005.

KRAEMER, M.E.P.; TINOCO, J.E.P. Contabilidade e Gestão Ambiental. São Paulo: Atlas, 2004.

14 ESTÁGIO SUPERVISIONADO - LABORATÓRIOS

INTRODUÇÃO

O presente Regulamento constitui um documento interno do curso de Ciências Contábeis e tem por objetivo reger as atividades relativas ao Estágio de Iniciação Profissional.

O Estágio, requisito legal para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, constitui, dentro das atividades curriculares, uma atividade obrigatória para o exercício da prática profissional supervisionada.

Entende-se por Estágio o período de desenvolvimento de habilidades profissionais supervisionadas no qual o aluno agrega capacidade para o exercício da profissão.

No Estágio, as atividades de aprendizagem profissional são desenvolvidas com a participação do estudante em situações reais, realizadas na própria instituição de ensino e/ou na comunidade em geral, com pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob a coordenação da Instituição de Ensino Superior (IES).

Para o atendimento destas especificações, e tendo em vista a orientação do Conselho Federal de Contabilidade, o curso prioriza as disciplinas Laboratório I, II e III que permite que o aluno aplique, na prática, os conhecimentos adquiridos durante o Curso. Representa, desta forma, uma importante ferramenta de ligação entre os ensinamentos teóricos e sua aplicação prática nas organizações.

REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURICULAR

Capítulo I – Da Definição

Art. 1º-O Estágio de Iniciação Profissional em Ciências Contábeis define-se por oferecer ao aluno uma oportunidade de desenvolver experiências práticas e científicas no campo da Contabilidade, a fim de melhor prepará-lo para o exercício da profissão, aprimorando a sua capacidade criativa e a sua análise crítica.

O Estágio de Iniciação Profissional do curso de Ciências Contábeis é uma oportunidade de desenvolver no aluno a capacidade para a prática profissional, momento em que se consolida o aprender a fazer.

Capítulo II – Dos Objetivos

Art. 2º-O Estágio de Iniciação Profissional tem como principal objetivo proporcionar ao aluno o contato com o ambiente de negócios. É parte integrante do processo de formação e constitui espaço, por excelência, para a união dialética entre a teoria e a prática.

Art. 3º-Quanto aos objetivos específicos,o Estágio tem como meta:

- proporcionar ao aluno conhecimento sobre o ambiente no qual atuará;
- oportunizar a apropriação do conhecimento propiciado pela prática;
- desenvolver um processo de reflexão sobre a relação dialética estabelecida entre teoria e prática;
- desenvolver formação baseada no contexto real de atuação;
- oportunizar relacionamento interprofissional;
- propiciar o desenvolvimento de habilidades, analisar situações e propor mudanças no ambiente organizacional;
- atenuar o impacto da passagem da condição de estudante para a de profissional, oportunizando ao estagiário diferentes oportunidades de conhecer a filosofia, as diretrizes, a organização e o funcionamento das instituições; e
- promover a integração universidade x comunidade.

Capítulo III - Da Realização

Art.4º- O Estágio de Iniciação Profissional será desenvolvido individualmente no âmbito das entidades econômicas ou na própria instituição, sendo supervisionado por um professor supervisor e avaliado como uma atividade curricular.

Capítulo V – Das Etapas do Estágio

Art.5º- O Estágio de Iniciação Profissional será desenvolvido conforme as seguintes etapas:

- 1.definição da área de concentração;

2elaboração do projeto de estágio;

3caracterização da entidade econômica ou IES;

4atividade de campo;

5 Relatórios de acompanhamento.

Capítulo VI – Da composição do Estágio

Art.6º- O Estágio do Curso de Ciências Contábeis compreende as seguintes fases: Registro, que envolve a apresentação temática; a inscrição na coordenação. Na apresentação, deverá estar contemplado: identificação da entidade; dados oficiais e breve histórico; descrição das atividades; definição da área a ser estudada; objetivos gerais do estágio e justificativa do tema; metodologia.

Art.7º-As Atividades de Campo são desenvolvidas com o acompanhamento de um professor supervisor, dentro ou fora da instituição.

Art.8º- Após o término do Estágio, o relatório conclusivo ou Relatório Final, deverá ser entregue ao professor supervisor no prazo máximo de 30 dias.

Capítulo VII – Dos critérios de avaliação

Art.8º- O aluno terá seu Estágio avaliado segundo os critérios, a saber:

Assiduidade, cumprimento dos objetivos; relatório final. O aluno que não atender aos critérios de avaliação estabelecidos estará, automaticamente, reprovado e terá de cursar novamente a disciplina.

Capítulo VIII – Das atribuições e competências

Art.8º-Do aluno:apresentar a documentação exigida à Coordenação de Estágio de Iniciação Profissional do curso de Ciências Contábeis na IES; comparecer ao encontro com seu orientador de Estágio, cumprindo as tarefas que lhe forem atribuídas; e apresentar o relatório final ao professor-supervisor do Estágio.

Art.9º- Do professor supervisor do Estágio: coordenar, orientar e acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos dos alunos matriculados sob sua responsabilidade; avaliar periodicamente o estagiário, indicando as alterações necessárias em seu plano de trabalho; e comunicar à Supervisão de Estágio quaisquer ocorrência que possa vir a prejudicar o bom andamento do aluno matriculado sob sua orientação.

Art.9º- Do Coordenador de Estágios :Acompanhar e orientar o desenvolvimento da disciplina Estágio de Iniciação Profissional, auxiliando o aluno e o professor supervisor durante todo o período de duração dos trabalhos.

Capítulo IX – Das Disposições Gerais

Art. 10º-As disposições transitórias e causas não previstas neste regulamento serão decididas pelo Conselho Superior da Faculdade do Tapajós

15TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A normatização completa do Trabalho de Conclusão do Curso é estabelecida pela Congregação do Curso que explicita a estrutura e o funcionamento (base legal, concepção, objetivos, áreas, campos de estágios, agentes envolvidos, abordagem metodológica, sistema de avaliação, previstos pelo currículo pleno do curso.

Dessa forma, entende-se que o Trabalho de Conclusão do Curso não consiste apenas em levar o aluno a ter contato com a realidade-campo profissional, mas também é um momento conseqüente das vivências/experiências propiciadas ao longo dos semestres e que direta e especificamente estão relacionadas com a realidade.

A natureza do Trabalho de Conclusão do Curso é dada pela sua origem, ou seja, a partir de experiências práticas adquiridas e de observações realizadas no decorrer do exercício de atividades profissionais.

REGULAMENTO PARA ELABORAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO DA FACULDADE DO TAPAJÓS

Resolução 001/2012

REGULAMENTAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO DA FACULDADE DO TAPAJÓS.

Capítulo I – Da Definição

Art. 1º Em atendimento as disposições da lei das diretrizes e bases da educação nacional – LDB e pela autonomia estabelecida as faculdades e universidades, bem como em atendimento ao que determina a resolução nº. 4, de 13 de junho de 2005 que instituiu as diretrizes curriculares nacionais do curso de administração, bacharelado em especial no artigo 9º e seu parágrafo único; a Faculdade do Tapajós objetivando a proficiência acadêmica para estabelecer a competência profissional dos alunos do curso de graduação em Administração e Ciências Contábeis, bacharelado constitui como atividade curricular obrigatória o trabalho de conclusão de curso (TCC) no projeto pedagógico do respectivo curso.

Art. 2º O trabalho de conclusão de curso – TCC é definido como trabalho científico que trata, por escrito, de tema específico, não necessariamente novo ou inédito, mas que revele leitura, reflexão e interpretação sobre um assunto relacionado ao curso que o aluno irá concluir, demonstrando ser produto de uma construção intelectual, estimulando o raciocínio crítico em sua área de estudo que constitui o núcleo do exercício profissional do graduado.

Art. 3º O TCC será regulado pelo presente documento e demais disposições propostas no projeto pedagógico do curso de regimento da faculdade.

Capítulo II – Dos Objetivos

Art. 4º O TCC tem por objetivos:

- I – Propiciar a geração de conhecimento sobre determinados fenômenos que abordem temas de relevância social e científica;
- II - Oportunizar os alunos da graduação nas atividades de pesquisa que possibilitem identificação, reunião, tratamento, análise, interpretação e apresentação de informações, como a utilização de metodologia científica;
- III – Aplicar os procedimentos científicos que são utilizados para a obtenção e apresentação das informações desejadas;
- IV – Refletir e proporcionar uma nova maneira de ver o mundo, com maior cientificidade, curiosidade e criatividade, envolvendo disciplina e organização da argumentação.

Capítulo III - Da Realização

Art. 5ºO TCC é elaborado conforme segue:

I – O TCC é elaborado individualmente.

II – Os trabalhos são realizados com assistência de professor orientador designado;

III – Os trabalhos devem atender ao manual denominado caderno metodológico da FAT, tanto na sua forma como no seu conteúdo, de maneira a garantir o atendimento a um padrão mínimo de qualidade estabelecido pela Faculdade.

Capítulo IV – Das Características

Art. 6º O TCC poderá ser elaborado no decorrer dos dois últimos semestres do curso, de acordo como definido no projeto pedagógico do curso.

Art. 7º A elaboração dos trabalhos é feita como base nos conhecimentos e habilidades adquiridas nas disciplinas do curso e em outros meios de aprendizagem extracurricular.

Capítulo V – Da Supervisão

Art. 8º O supervisor de TCC é indicado pela coordenação do curso.

Art. 9º Compete ao supervisor, gerir o TCC primando pela sua qualidade, tendo as seguintes atribuições:

I – indicar o professor orientador para os alunos;

II – planejar e organizar os apoios à realização dos trabalhos;

III – acompanhar e avaliar periodicamente seu processo de desenvolvimento;

IV – promover a avaliação do resultado dos trabalhos de conclusão de curso;

V – fazer cumprir as normas e os regulamentos;

VI- fazer cumprir o calendário escolar estabelecido pela faculdade;

VII – submeter à apreciação da superintendência, ao final de cada período, o quadro de professores orientadores em disponibilidade para o período seguinte, considerando o desempenho, a capacitação e a forma científica de cada docente;

VIII – orientar e acompanhar as bancas de qualificação dos projetos e de avaliação de TCC;

IX – encaminhar, através de procedimentos estabelecidos pela secretaria geral, as notas, freqüências e demais procedimentos acadêmicos e administrativos;

X – manter atualizado o cadastro de professores orientadores e membros de bancas de qualificação e examinadores;

XI – prover e organizar o suporte necessário para as apresentações dos projetos e TCC's;

XII – observar o cumprimento do número Máximo de 4 (quatro) alunos orientandos por professor orientador, respeitando a carga horária do docente da IES.

Art. 10º o supervisor deverá entregar a relação de alunos orientandos para os professores orientadores no início de cada semestre letivo e o controle das orientações ocorrerá por meio de relatório, que deverá ser entregue no início da orientação ao professor orientador para preenchimento.

Art. 11º a disponibilidade de professores para orientação do TCC fica restrita aos docentes dos cursos de graduação e ou pós- graduação da faculdade:

I – o aluno pode indicar, como co-orientador, desde que obtenha concordância do seu professor orientador, e a aprovação do supervisor e ainda que não incorra em ônus para a faculdade, prevalecendo à orientação pelo docente da instituição.

Art. 12º O aluno orientando poderá solicitar a substituição do professor orientador designado, desde que fundamente os motivos, para avaliação e aprovação do supervisor.

Art. 13º O professor orientador, poderá solicitar a desistência quanto à orientação, por desempenho insatisfatório e ou irregular do aluno orientando.

Art. 14º A substituição de professor orientador somente poderá ser efetivada, quando outro docente assumir formalmente a orientação, respeitando o anteriormente disposto.

Capítulo VII – Do Orientador

Art. 15º Poderão ser professores orientadores aqueles que pertençam ao corpo docente da instituição, com o limite de 04 (quatro) alunos por orientador.

Parágrafo Primeiro – na assinatura do termo de aceite o professor orientador declara estar ciente das regras e procedimentos da instituição.

Parágrafo Segundo – o não cumprimento dos procedimentos, em especial a apresentação mensal do relatório de atividades desenvolvidas poderá ensejar o não pagamento da respectiva verba remuneratória prevista no artigo 16º.

Art. 16º Os orientadores de TCC estão sujeitos ao controle estabelecido através dos relatórios de orientação preenchidos, que deverão ser repassados à supervisão de TCC.

Art. 17º Cabe aos professores da faculdade, interessados em orientar TCC' s, comunicar ao supervisor de TCC sobre suas áreas de atuação e interesse, observados os requisitos constantes no presente regulamento.

Capítulo VIII – Dos requisitos para a realização dos trabalhos

Art. 18º Somente poderá dar início ao TCC, o aluno matriculado segundo o disposto no regimento da faculdade.

Capítulo IX – Dos Procedimentos Metodológicos

Art. 19º O conselho de ensino regulamentará as alterações de caráter metodológico em decorrência de mudanças nas normas da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT)

Parágrafo único: os trabalhos de TCC deverão seguir as normas do manual denominado caderno metodológico da FAT.

Capítulo X – Da Avaliação e Da Aprovação

Art. 20º Os trabalhos de TCC serão avaliados em uma única etapa que ocorrerá com apresentação do trabalho de curso perante uma banca de avaliação, constituída pelo orientador (presidente) e mais dois professores da área, com a atribuição de uma nota com base nos critérios estabelecidos por este regimento.

Art. 21º Os trabalhos de TCC, serão submetidos e avaliados por uma banca examinadora, que possui autonomia para aprovar ou reprová-los, valendo-se de suas condições estruturais, conceituais e técnicas;

I – as sessões de apresentação de TCC' s serão públicas.

II – na condição de presidente da sessão de apresentação, o professor orientador, poderá tomar medidas necessárias para preservar bom andamento da mesma.

Art. 22º Serão reprovados pela banca examinadora, os TCC' s, que mediante provas evidentes totais ou parciais, fiquem caracterizados como plágio.

Parágrafo único: os alunos reprovados pela banca examinadora deverão matricular-se no semestre seguinte.

Art. 23º A nota final do TCC a ser atribuída aos alunos será resultante da média aritmética simples das notas dos membros da banca.

§1º a nota mínima para aprovação deverá ser 7,5 (sete e meio).

Capítulo XI – Da Banca Examinadora

Art. 24º A banca examinadora será composta por três membros;

I – o professor orientador, como seu presidente;

II – outros dois professores, pertencentes ao quadro de docentes da faculdade, sendo um da cadeira de metodologia e outro da área de formação, cabendo ao professor de metodologia a avaliação da normatização e ao professor avaliador o julgamento do conteúdo técnico do TCC.

III – em caso de impedimento do professor orientador para presidir a banca examinadora e ou de seus membros indicados, o supervisor de TCC deverá designar seu substituto.

Art. 25º Cabe à supervisão de TCC o encaminhamento dos exemplares dos trabalhos aos membros da banca examinadora para leitura prévia dos trabalhos.

Art. 26º A substituição de membros das bancas examinadoras, quando houver motivo justificável, somente poderá ser efetuada mediante aprovação do supervisor de TCC.

Capítulo XII – Dos Prazos De Entrega

Art. 27º Os trabalhos de TCC deverão ser protocolados e entregues à supervisão de TCC em três vias espiraladas, em data previamente divulgada pelo supervisor, de acordo com o Calendário específico.

Parágrafo único: O acadêmico que não entregar o TCC no prazo estabelecido terá descontado de sua média final obtida perante a banca examinadora, o equivalente a 1,0 (um ponto) e deverá apresentar no máximo em 10 (dez) dias, senão somente no próximo semestre acadêmico.

Art. 28º O calendário das apresentações de TCC's e as bancas examinadoras serão elaborados pelo supervisor de TCC no início do semestre e encaminhado para apreciação e aprovação do coordenador do curso.

Capítulo XIII – Da Apresentação Oral

Art. 29º A apresentação oral é de caráter obrigatório a todos os alunos matriculados na disciplina de TCC dos cursos de bacharelado da Faculdade do Tapajós.

Parágrafo único: a apresentação se dará nas dependências da instituição de acordo com o calendário referido no artigo 31.

Art. 30º Caberá ao presidente da banca examinadora;

I – abrir a sessão, apresentando os demais componentes da banca examinadora;

II – coordenar os debates após apresentação do trabalho pelo aluno;

III – reunir-se com os membros da banca examinadora, logo após a apresentação, para proceder à avaliação final;

IV – encaminhar, em até 24 (vinte e quatro) horas após a apresentação, a ata de defesa com o resultado da avaliação, ao supervisor de TCC.

Art. 31º O presidente da banca examinadora após abertura da sessão, concederá 20 (vinte) minutos para o aluno apresentar seu trabalho, que será avisado quando restarem 05 (cinco) minutos para o término do tempo previsto.

Parágrafo único: esgotado o tempo previsto, o presidente da banca examinadora, deverá tomar as providências para o encerramento da apresentação.

Art. 32º Após a apresentação do trabalho pelo aluno, a banca examinadora passará a arguição, obedecendo aos seguintes critérios:

I – os primeiros membros a arguir serão os professores convidados da banca examinadora;

II – cada examinador terá o tempo máximo de dez minutos para arguição, e os alunos igual tempo para a resposta;

III – cabe ao professor orientador fazer os comentários, as considerações e concluir as atividades;

IV – a banca examinadora deverá compro a nota, valendo-se da respectiva ficha de avaliação.

Art. 33º Caberá ao supervisor de TCC ou outro professor indicado por ele, acompanhar o comportamento dos membros da banca examinadora em especial as questões disciplinares e éticas.

Art. 34º Caberá aos alunos aprovados que apresentaram o TCC, entregar a supervisão de TCC, 2(duas) cópias encadernadas, contendo as eventuais alterações exigidas pela banca examinadora, acompanhadas de um CD, com os arquivos do trabalho completo e do resumo e as palavras chave em português, em um prazo de 15 dias contados a partir da apresentação.

Art. 35º A nota final deverá ser divulgada em um prazo de até 24 horas após a apresentação, mediante a leitura da ata de defesa assinada pela banca examinadora.

Art. 36º O aluno que não concordar com a nota final atribuída pela banca examinadora, poderá num prazo de 10 dias após apresentação, protocolar na secretaria da Faculdade do Tapajós, com recolhimento de taxas devidas, um pedido de revisão da avaliação em grau de recurso que será apreciado e julgado conforme artigo 44 do regimento geral da instituição.

Capítulo XIV – Das Disposições Gerais

Art. 37º As disposições transitórias e causas não previstas neste regulamento serão decididas pelo conselho superior da Faculdade do Tapajós

Itaituba 11 de Abril de 2012

Jussara Whitaker
Diretora Superintendente

16 PROGRAMA DE MONITORIA

REGULAMENTO DO PROGRAMA DE MONITORIA DE ENSINO DA FACULDADE DO TAPAJÓS

CAPÍTULO I

Da Natureza e Finalidades

Art. 1º A monitoria é entendida como instrumento para melhoria do ensino de graduação, através do estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas que visem fortalecer a articulação entre teoria e prática e a integração curricular em seus diferentes aspectos, e tem a finalidade de promover a cooperação mútua entre discentes e docentes e, a vivência com o professor e com as suas atividades técnico-didáticas.

CAPÍTULO II

Dos Objetivos

Art. 2º O Programa de Monitoria de Ensino tem os seguintes objetivos:

- I - estimular a participação de alunos dos cursos de Graduação no processo educacional, nas atividades relativas ao ensino e na vida acadêmica da universidade;
- II - favorecer o oferecimento de atividades de reforço ao aluno com a finalidade de superar problemas de repetência escolar, evasão e falta de motivação;
- III - criar condições para a iniciação da prática da docência, através de atividades de natureza pedagógica, desenvolvendo Habilidades e competências próprias destas atividades;

- IV - propor formas de acompanhamento de alunos em suas dificuldades de aprendizagem;
- V - pesquisar novas metodologias de ensino adequadas ao ensino da disciplina participante do programa;
- VI - contribuir, através da formação de monitores de ensino, com a formação de recursos humanos para o ensino superior;
- VII - estimular a participação em projetos de pesquisa e extensão, no âmbito da disciplina.

CAPÍTULO III

Dos Requisitos

Art. 3º São requisitos básicos para o aluno participar do Programa de Monitoria:

- I - ser aluno regularmente matriculado em curso de graduação da FAT;
- II - ter obtido aprovação na disciplina na qual pleiteia a monitoria, demonstrando domínio da mesma;
- III - apresentar coeficiente acadêmico igual ou superior a sete e meio, resultante da média aritmética das notas das disciplinas cursadas no ano anterior;
- IV - ter disponibilidade de tempo para atender as atividades programadas;
- V - não estar cumprindo pena disciplinar;

CAPÍTULO IV

Das Atribuições

Seção I

Do Monitor

Art. 4º São atribuições do monitor:

- I - colaborar com o docente no desempenho de tarefas didáticas, tais como: preparação de aulas práticas, aplicações de exercícios, trabalhos escolares, e outros de natureza similar;
- II - auxiliar os alunos na realização de trabalhos práticos ou experimentais, sempre que compatível com seu grau de conhecimento e experiências;
- III - cooperar no atendimento e orientação aos alunos, visando sua adaptação e maior integração na FAT;
- IV - identificar eventuais falhas na execução do processo de ensino, propondo ao professor medidas alternativas;
- V - apresentar relato de sua experiência, ao final das atividades programadas, em seminário a ser realizado em data marcada pelo professor;
- VI - apresentar relatório mensal ao professor da disciplina que o encaminhará ao coordenador de curso.

§ 1º É vedado ao monitor o exercício da docência, a realização de atividades de responsabilidade exclusiva do professor, tal como assentamento de freqüência e dos conteúdos no diário de classe, e as de caráter administrativo.

§ 2º As atividades programadas para o monitor não Poderão ser sobrepostas ao seu horário de aula do bloco Semestral em que esteja matriculado.

Seção II

Do Professor Responsável

Art. 5º São atribuições do professor responsável:

- I - orientar o monitor no desempenho das atividades programadas;
- II - capacitar o monitor no uso de metodologias de ensino/aprendizagem adequadas à sua atuação nas atividades propostas;
- III - promover o aprofundamento dos conhecimentos do monitor quanto aos conteúdos da disciplina;
- IV - promover reuniões e seminários para trocar de experiências entre monitor, professor e alunos;
- V - avaliar, de forma contínua, o desempenho do monitor através de critérios previamente estabelecidos, e que sejam do conhecimento do monitor;
- VI - acompanhar o desempenho do aluno nas disciplinas de seu curso, identificando possíveis interferências das atividades da monitoria sobre o seu desempenho escolar, a fim de evitar comprometimento de seu processo de aprendizagem como um todo;
- VII - acompanhar a redação do relatório das atividades desenvolvidas, assiná-lo juntamente com o monitor e encaminhá-la à Coordenação de Curso no prazo estabelecido;
- VIII - identificar falhas eventuais no Programa de Monitoria, propor mudanças e encaminhá-las para a Coordenação de Curso.

CAPÍTULO V

Das Categorias e da Remuneração

Art. 6º Serão consideradas três categorias de monitores: a dos bolsistas, que terão uma retribuição financeira, sob forma de bolsa, a dos voluntários, que não terão nenhuma compensação financeira pelo exercício de monitoria e a dos compensadores que as horas de monitoria para cumprimento das atividades complementares prevista na matriz curricular do curso.

§1º O número de vagas disponíveis para monitor bolsista e monitor voluntário deverá ser claramente apresentado no edital de convocação de seleção.

§2º O monitor voluntário deverá assinar um Termo de Concordância, logo após o ato de seleção, de que não receberá qualquer incentivo financeiro pelo exercício da monitoria.

Art.7º O exercício da monitoria, independe da categoria, implicará cumprimento de oito horas semanais de atividades, as quais não poderão ser coincidentes com o horário das aulas do aluno, em seu curso regular.

Art. 8º O monitor bolsista terá, à título de remuneração, o equivalente a meio salário mínimo, corrigido conforme a legislação vigente.

Parágrafo Único. A remuneração dar-se-á do desconto na mensalidade do curso a ser paga pelo monitor, após aprovação do relatório pelo Coordenador.

CAPÍTULO VI

Do Número de Bolsas

Art. 9º O número de bolsas a ser distribuído aos monitores é fixado pelo Diretor de Ensino, considerando-se o disposto no orçamento da FAT para essa atividade.

Art. 10. A distribuição das bolsas entre as coordenações de curso é competência da Direção de Ensino, órgão responsável pelo acompanhamento da execução do Programa, obedecidos os critérios deste Regulamento.

§ 1º O número de bolsas que caberá a cada curso será diretamente proporcional ao número de disciplinas que o mesmo oferece e ao número de alunos por disciplinas, priorizando-se as especificidades de cada disciplina.

§ 2º Caso um curso não utilize todas as bolsas de monitoria, deverá repassá-las à Direção de Ensino para um novo rateio entre os demais cursos.

CAPÍTULO VII

Da Seleção e Indicação dos Monitores

Art. 11. Da seleção deverão constar no mínimo os seguintes critérios, a serem aplicados antes das provas de conteúdo e práticas, ambos de caráter eliminatório:

I - análise do histórico escolar do candidato, para cumprimento do inciso III, art.3º, deste Regulamento;

II - entrevista para avaliar a capacidade de colaboração do candidato.

Parágrafo Único: Outros critérios poderão ser definidos pela coordenação de curso.

Art. 12. Para efeito de classificação, será considerada satisfatória a obtenção de média não inferior a sete e meio.

Parágrafo único. Em caso de empate, será aprovado o aluno com maior nota na disciplina em que pleiteia a monitoria, e caso persista o empate, ficará a decisão a cargo do professor da disciplina tendo como parâmetros os dados colhidos na entrevista.

Art. 13. Para a seleção, serão adotados os procedimentos:

I - após a análise do histórico, o professor da disciplina emitirá um relatório com os resultados, que deverá ser encaminhado ao coordenador de curso para homologação;

II - a Direção de Ensino receberá e analisará os resultados do processo seletivo e, após homologação, enviará os dados para a Secretaria Acadêmica, que se encarregará do ato de designação do monitor.

Parágrafo único. O aluno designado monitor será supervisionado pelo professor da disciplina.

CAPÍTULO VIII

Do Exercício da Monitoria

Seção I

Do Relatório de Atividades

Art. 14. Ao final de cada mês, o monitor deverá apresentar ao coordenador de curso relatório de atividade, no qual deverá constar a avaliação do professor responsável pela disciplina.

Art. 15. Cabe ao coordenador de curso arquivar os relatórios dos monitores lotados em seu curso, submetendo-os a Direção de Ensino quando solicitado.

Seção II

Da Avaliação das Atividades do Monitor pelos Alunos

Art. 16. Deverá acompanhar o último relatório do período do programa, a avaliação do monitor realizada pelos alunos da disciplina, de acordo com parâmetros adotados pela CPA.

Art. 17. A Direção de Ensino comunicará à Tesouraria a autorização ao pagamento da bolsa, caso o relatório seja aprovado.

Seção III

Do Cancelamento da Atividade de Monitoria

Art. 18. O exercício da monitoria será cancelado nas seguintes circunstâncias:

I - por indicação do professor da disciplina na qual o monitor está vinculado, após aprovação do Colegiado de Curso;

II - por suspensão imposta ao aluno no período em que se encontrar no exercício da monitoria;

III - por trancamento de matrícula;

IV - por obtenção de frequência inferior a oitenta por cento nas atividades de monitoria, a cada mês;

V - por apresentar média aritmética semestral inferior a sete e meio (7.5), resultante do somatório das notas disciplinas cursadas no semestre em que atuar como monitor;

VI - por não apresentar o relatório mensal ao Coordenador de Curso ao qual o monitor estiver vinculado, em prazo hábil.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19. Caberá à Direção de Ensino definir um calendário com a fixação de prazos, de modo a garantir execução deste Regulamento.

Art. 20. Excluir-se-á em qualquer hipótese, a configuração de vínculo empregatício do monitor com a FAT, ou com a mantenedora desta.

Art. 21. Os casos omissos serão resolvidos pela Direção de Ensino.

Art. 22. Este Regulamento entra em vigor após a sua aprovação pelo CONSELHO SUPERIOR.

17 REGIME ACADÊMICO

17.1 CONDIÇÕES DE ACESSO E ADMISSÃO DO ACADÊMICO

A admissão aos cursos de graduação é feita aos que tenham sido classificados em processo seletivo e aos portadores de diploma de nível superior que também dependem de aprovação em processo seletivo específico para ingresso, desde que resultem vagas após a matrícula dos classificados no processo seletivo.

17.2 AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR

A avaliação nas disciplinas é obtida através de provas, trabalhos e seminários, entre outros; bem como, pela participação, conduta, maturidade e interesse demonstrado pelo aluno no decorrer do curso e em demais atividades, a critério do professor e em conformidade com o respectivo plano de ensino.

Serão privilegiadas questões do tipo situações-problema para que o aluno tenha a noção do todo. As questões deverão estimular o aluno a pensar, fazendo com que na resposta, ele demonstre saber raciocinar, compreender e interpretar o problema proposto. Os instrumentos de verificação do rendimento do aluno, a serem incentivados pela instituição, deverão ser eficazes e efetivos no sentido de propiciar o entusiasmo e a motivação para o exercício profissional.

A metodologia de ensino utilizada na FAT coloca a avaliação como termômetro do processo de ensino-aprendizagem. A função da avaliação (que não precisa necessariamente ser uma “prova”) é dar condições ao docente e aos alunos de decidir se devem prosseguir ou repetir o assunto, e por esse mesmo motivo deve ser utilizada com frequência para guiar e conduzir o professor e os alunos no andamento das disciplinas, como um instrumento de tomada de decisão. Sendo utilizada uma única vez durante o curso da disciplina,

a avaliação não cumpre a sua finalidade, pois os resultados negativos já não poderão ser corrigidos.

A avaliação é portanto compreendida pela FAT como mais um recurso de ensino, em vez de um momento crítico com clima de “juízo final” somente ao final da disciplina, onde sua função é extremamente diminuída. A finalidade é remover da avaliação as conotações punitivas e depreciativas condicionadas nos alunos pelo ensino elementar e médio, assegurando seu uso como importante instrumento de avaliação do processo ensino-aprendizagem.

As notas terão valores entre ZERO e DEZ obrigatoriamente, admitindo-se frações de 0,1 ponto. As Provas serão realizadas nos horários de aulas das respectivas disciplinas. Durante o período de provas haverá aula normal.

O aluno que, durante o semestre letivo, apresentar desempenho, em uma determinada disciplina, acima da média, com a Média de Aproveitamento igual ou superior a 7,5 (sete virgula cinco), estará dispensado da realização da avaliação final nessa disciplina.

17.3 NIVELAMENTO

A Faculdade do Tapajós possui um eficaz mecanismo de nivelamento para auxiliar aqueles alunos ingressantes na Instituição com evidentes problemas de aprendizado e que não conseguem acompanhar o ritmo de aprendizagem da turma na qual estão inseridos. Neste caso, a consequência imediata é o desinteresse e a frustração por parte dos alunos.

O instrumento utiliza-se sobremaneira de duas estratégias: cursos nas áreas básicas do ensino médio com conteúdos indispensáveis à compreensão do que será estudado no primeiro ano de cada curso e o apoio psicopedagógico aos alunos com o objetivo de:

- a) orientá-los sobre técnicas de estudo;
- b) detectar precocemente vários transtornos, tais como: distúrbio obsessivo-compulsivo, depressão, ansiedade, hipocondria e dificuldades acadêmicas (medo de errar, problemas relativos ao tempo, falta de motivação para

o estudo); dificuldades de relacionamento entre os colegas, com familiares e de adaptação social e financeira.

O programa é orientado e coordenado pelo NAP, que nas primeiras semanas de aula, em atuação conjunta com os professores e coordenadores do curso, realizam um diagnóstico do perfil da turma e identifica os alunos que necessitam de nivelamento. Assim, é montado um projeto específico para as necessidades da classe, contendo as disciplinas que serão ministradas, o conteúdo, a carga horária e a metodologia de ensino.

Os cursos terão carga horária variando de 8 horas/aulas até trinta e seis horas/aulas, conforme a necessidade de cada curso. A estratégia utilizada será desenvolvida através dos seguintes métodos e técnicas:

- a) Aulas expositivas;
- b) Estudos em grupo;
- c) Estudos individuais;
- d) Estudos dirigidos;
- e) Seminários;
- f) Debates e outras modalidades de ensino-aprendizagem.

18POLÍTICA DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO E DIDÁTICO-PEDAGÓGICO AO CORPO DOCENTE, DISCENTE E COORDENADORES DE CURSO

O curso de graduação, pela sua duração, pelo seu grau de exigência, leva os alunos a defrontarem com situações inteiramente novas e difíceis, provocando tensão desde o seu início. E, em função disso, no decorrer dos anos de faculdade, os alunos são vulneráveis à depressão, ansiedade, dificuldades acadêmicas (por exemplo, medo de errar, problemas relativos ao tempo, falta de motivação para o estudo, etc.); dificuldades de relacionamento entre os colegas, com familiares, adaptação social e financeira, entre outras.

O aluno precisa de ajuda para elaboração dos seus conflitos, estabelecendo novas relações internas e externas que promovam o seu desenvolvimento. Além do mais, coordenadores, docentes e pessoas de todos os níveis de uma instituição, de todas as profissões estão buscando melhorar seu desempenho, tornando-se líderes mais fortes, acrescentando mais valor à organização e sua carreira, tendo que desenvolver competências pessoais e interpessoais.

Conseqüentemente, cada dia que passa, cresce a quantidade de pessoas que procuram assistência psicológica, fazendo com que este seja um problema relevante a ser enfrentado. Em face dessa realidade, vários países, e algumas escolas no Brasil, vêm se preocupando com o tema e instalaram serviços específicos de auxílio psicopedagógico.

Portanto, em função da importância do tema e da necessidade deste serviço de apoio à comunidade acadêmica, a Faculdade do Tapajós possui o serviço de apoio psicopedagógico e profissional, através do NAP, Núcleo Acadêmico Pedagógico.

19 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO DO CURSO DA FACULDADE DO TAPAJÓS

O projeto do egresso da Faculdade do Tapajós é uma iniciativa importante para assegurar um canal permanente de comunicação com os nossos ex-alunos. Mais que isso, sabemos que a IES é importante para os alunos e o quanto eles são importantes para a IES: o seu sucesso no mercado de trabalho é, também, o sucesso da Instituição e suas dificuldades para a Instituição motivo de preocupação.

Estender as relações da Instituição para além do tempo da formação profissional é dar continuidade a uma história comum que começa no curso de graduação, mas não termina com a diplomação do aluno, segue com sua integração profissional na sociedade.

É para isso que a Faculdade do Tapajós faz a educação superior, para formar cidadãos profissionais, comprometidos com o desenvolvimento do país e com a construção de uma sociedade mais justa. A educação é uma rea-

lidade dinâmica, que está sempre nos impondo novos desafios, por isso, em face das adversidades que nos espreitam sempre, sigamos o conselho do nosso poeta maior, Carlos Drummond de Andrade, “... não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.”.

Acreditamos que esse incrível patrimônio intelectual merece ser valorizado. Por isso, a Faculdade do Tapajós possui o programa de acompanhamento de egressos. O objetivo é permitir e facilitar o constante aprimoramento desse contingente, bem como o intercâmbio de conhecimento entre o profissional formado em nossa instituição e o atual alunado.

Queremos os nossos egressos atualizados, preparados e com destaque cada vez maior no mercado de trabalho. Desta forma, a Faculdade do Tapajós sente-se no dever de desenvolver o Programa de Acompanhamento de Egressos, como um instrumento que possibilite uma continuada avaliação da Instituição, através do desempenho profissional dos ex-alunos, como um importante passo no sentido de incorporar ao processo ensino/aprendizagem elementos da realidade externa à instituição que apenas o diplomado está em condições de oferecer, já que é ele quem experimenta, pessoalmente, as consequências dos aspectos positivos e negativos vivenciados durante a graduação.

Os objetivos do programa são:

- a) Avaliar o desempenho da Instituição, através do acompanhamento do desenvolvimento profissional dos ex-alunos;
- b) Manter registros atualizados de alunos egressos;
- c) Promover intercâmbio entre ex-alunos;
- d) Promover a realização de atividades extracurriculares (estágios e /ou participação em projetos de pesquisa ou extensão), de cunho técnico-profissional, como complemento à sua formação prática, e que, pela própria natureza do mundo moderno, estão em constante aperfeiçoamento e palestras direcionadas a profissionais formados pela Instituição;

As metodologias usadas são:

- a) Incentivo ao ingresso em novos cursos de graduação, extensão e pós-graduação e a oportunidade para aluno estudar disciplinas de outros cursos com objetivo de agregar conhecimentos à sua formação;

b) Efetuar pesquisas a partir da sua primeira turma de formando, utilizando instrumentos diversos como: formulários, entrevistas e outros, visando colher dados da verdadeira situação profissional, econômica, social e política dos egressos da Faculdade. Esses dados coletados são gerenciados pelo NAP e SAE e encaminhados ao Coordenador de Curso para que a política de egressos da Faculdade do Tapajós esteja alicerçada na possibilidade de potencializar competências e habilidades em prol do desenvolvimento qualitativo de sua oferta educacional.

20 SOBRE O CORPO DOCENTE

20.1 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DO CORPO DOCENTE NAS ATIVIDADES DE DIREÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A administração geral da Faculdade é assegurada por órgãos deliberativos e executivos. São órgãos deliberativos e normativos: CONSUP - Conselho Superior; e Colegiado de Curso. São órgãos executivos da faculdade: Diretoria Geral, Secretaria Acadêmica, Diretoria Financeira, Coordenadoria de Curso. O corpo docente possui uma participação ativa em todos os conselhos. No Conselho Superior, o corpo docente é representado por dois professores escolhidos pelos seus pares. No Colegiado de Curso é constituído por professores que ministram disciplinas no curso.

20.2 PERFIL DO CORPO DOCENTE

Entendemos que a qualidade do curso ofertado pela Faculdade do Tapajós - FAT se justifica por um corpo docente qualificado e com compromisso com uma educação com qualidade social. A qualificação dos docentes para atuarem no curso de Ciências Contábeis encontra-se em consonância com as competências e habilidades, pré-requisito para cada disciplina disponibilizada na matriz curricular do curso.

Com relação ao perfil docente, a FAT entende que é necessário que este tenha uma visão crítico-reflexiva e propositiva dos processos de ensino e aprendizagem, levando em consideração os diversos sujeitos que compõem o coletivo escolar e não-escolar, a realidade na qual o mesmo encontra-se inserido, e os movimentos de mudanças no cenário econômico

regional, advindas do asfaltamento da BR 163 e Transamazônica, Criação do Complexo Hidrelétrico do Tapajós e construção de quatro portos fluviais para escoamento de produtos graneleiros.

Quanto à Gestão e Trabalho Pedagógico, o docente necessita ter competências e habilidades para analisar os diferentes contextos em que as organizações dos espaços educativos se efetivam. Com bases teóricas e metodológicas para situar as organizações educativas, na perspectiva da gestão, do pedagógico e do financeiro, com compreensão dos processos de construção de planejamento dos planos, projetos, programas e avaliações institucionais.

20.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante - NDE do Curso de Ciências Contábeis é composto por professores responsáveis pela formulação da proposta pedagógica, pela implementação do curso na Faculdade do Tapajós – FAT. A nominata dos membros do NDE pode ser verificada na portaria de nomeação do grupo e nas atas das reuniões do grupo.

Os professores que integram o Núcleo Docente Estruturante (NDE), foram responsáveis pela formulação da proposta pedagógica do Curso e pela implementação do mesmo, estando vinculados às atividades essenciais do curso, entre elas: docência, atividades de extensão, atividades complementares, atualização do próprio Projeto Pedagógico etc.

O Núcleo Docente Estruturante – NDE do Curso de Ciências Contábeis é formado por 05 (cinco) docentes do curso, com ampla experiência na docência,

No quadro a seguir está apresentada a relação nominal dos professores que compõem o Núcleo Docente Estruturante, seguida da titulação e do regime de trabalho.

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA		
DOCENTE	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Pedro Rocha Passos Filho	Mestre	Parcial
Zadoque Freitas Nunes	Especialista	Integral
Elzanira Souza de .Oliveira	Mestranda	Integral
Fábio Alessandro Sousa Silva	Mestrando	Parcial
JossehanGalúcio da Frota	Doutor	Parcial

20.4 COORDENAÇÃO DE CURSO

20.4.1 Titulação acadêmica do coordenador

A coordenação do curso, desde o princípio de sua implantação, contou com a dedicação do professor Zadoque Freitas Nunes, grduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Pará, com Especialização em Gestão da Administração Pública pela Universidade Castelo Branco e MBA em Planejamento e Gestão Estratégica pela Faculdade Internacional de Curitiba.

20.4.2 Regime de trabalho do coordenador

O regime de trabalho é integral, uma vez que o professor coordena o Escritório Modelo do Curso de Ciências Contábeis.

20.5 TITULAÇÃO ACADÊMICA

O corpo docente do Curso de Ciências Contábeis é integrado por 19 professores:

Pedro Rocha Passos Filho- CPF 71436936934- Mestre

Silvério Rodrigues Marques Pereira - CPF 74595687168 -Mestre

Marcia Eloisa Lasmar Bieri – CPF 329942652-49- Mestre

Jefferson Alves Teixeira- CPF686835612-91- Mestre
 Jossehan Galucio da Frota - CPF 608.846.302-34-Doutor
 Gilmar Pereira Serra Pinto – CPF 384 123 907-25 - Doutor
 Ana Maziles S.Gama - CPF38739860272- Especialista
 Sonia Maria Caetano - CPF 128526272-72- Especialista
 Altair dos Santos - CPF 930980499-87- Especialista
 Zadoque Freitas Nunes - CPF623154122-34- Especialista
 Fábio Alessandro Sousa Silva –CPF457980362-00- Especialista
 Hijaoekes Sousa Silva - CPF 086260527-07 - Especialista
 Elzanira Souza de Oliveira - CPF 424044872-72- Especialista
 Alan Cliff Souza Silva - CPF 85393720297-Especialista
 João da Silva Lima Neto – CPF 485212992-49-Especialista
 Adriana Fortaleza- CPF 882937692-20- Especialista
 Diego Cajado Neves - CPF 763641352-34- Especialista
 Maria Elenilda Fideles Rodrigues - CPF 38755955215 -Especialista
 Rosenete Modesto Lourinho –CPF 33405247268 - Especialista

TITULAÇÃO	QTDE.	%
Doutorado	2	10%
Mestrado	4	21 %
Especialistas	13	68%
TOTAL	19	100

20.6 REGIME DE TRABALHO

O corpo docente do Curso de Ciências Contábeis é integrado por 19 professores, sendo que 03 trabalham em tempo parcial, 02 em período integral e 14 são horistas.

21 INFRAESTRUTURA FÍSICA E ACADÊMICA

21.1 INSTALAÇÕES GERAIS E ESPAÇO FÍSICO

A Faculdade do Tapajós ocupa um prédio dois andares. No piso encontram-se salas de aula, Direção Geral, as coordenações de cursos, a recepção e Secretaria Acadêmica, a Tesouraria, sanitários masculino e feminino, o Laboratório de Ensino Aprendizagem, e os espaços destinados a Comissão Própria de Avaliação, Núcleo Acadêmico Pedagógico, Serviço de Apoio ao Estudante, Núcleo Docente Estruturante, sala de professores. Há ainda uma cantina que serve refeição à comunidade acadêmica e o serviço de Xerox.

No piso superior encontram-se as salas de aula, destinadas aos cursos de graduação e pós-graduação, Laboratório de Informática e Biblioteca. O acesso é feito por escada como também por uma rampa.

21.2 ATENDIMENTO ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS OU COM MOBILIDADE REDUZIDA

De acordo com a Lei 10.098/00, acessibilidade é a possibilidade e a condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (art. 2º, inc. I). Do ponto de vista social, ela é um dos instrumentos essenciais para que as pessoas com deficiência possam exercer seus mais variados direitos na convivência com os demais cidadãos. O “direito ao acesso” está diretamente relacionado ao direito à eliminação de barreiras (qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas – art. 2º, inc. II).

A Faculdade do Tapajós sempre esteve atenta às questões de acessibilidade e qualidade no atendimento aos acadêmicos com necessidades educacionais especiais (NEE). Esse cuidado pode ser percebido na disposição da sua estrutura física, com rampa de acesso.

A FAT realiza um trabalho pedagógico atendendo ao princípio da equidade, ou seja, há o reconhecimento das diferenças entre os alunos e da necessidade de haver condições diferenciadas, reconhecendo o direito à igualdade de acesso ao currículo escolar aliado ao respeito às singularidades.

Assim, procuramos projetar as atividades e ações que poderão ser desenvolvidas nos próximos anos para contribuir nas discussões sobre o movimento pela inclusão na comunidade local e regional e garantir o acesso e a permanência dos acadêmicos com necessidades especiais em nossa Instituição. O atendimento diferenciado pressupõe a utilização de recursos físicos e materiais, instrumentos das mais variadas funções. Essa aplicabilidade ocorre através de:

a) Implantação do Núcleo Acadêmico Pedagógico visando dar orientações e apoio aos setores, professores, coordenações, direção de ensino e acadêmicos envolvidos no processo de inclusão. Acredita-se que a inclusão esta fundamentada nos princípios do direito a cidadania e da inserção ao mundo do trabalho.

d) Cursos específicos de Libras para acadêmicos e professores interessados.

21.3 EQUIPAMENTOS – RECURSOS AUDIOVISUAIS

Os recursos auxiliares são instrumentos e/ou aparelhos de propriedade da Faculdade do Tapajós que visam auxiliar a exposição ou o trabalho de discentes e docentes.

São eles: Computadores; Vídeos; DVD; Retroprojetores; Slides; Data Show, aparelhos de acesso à Internet; TVs; Laboratórios; dentre outros.

21.4 BIBLIOTECA

A biblioteca encontra-se instalada em um espaço amplo, dispendo de área destinada a estudo individual e em grupo, para o qual estão destinadas cabines. Estão disponibilizados computadores com internet para pesquisa acadêmica, sendo que ainda há computador que fica à serviço da administração da biblioteca e contro-

les diversos, uma vez que o acervo e atendimento são informatizados. O programa instalado é o AIX -Sistemas.

A biblioteca dispõe de obras, periódicos, com um acervo de 1295 títulos, que servem aos cursos de Administração e Ciências Contábeis, consultados não só pelos acadêmicos e professores da instituição, como também é aberto à toda comunidade universitária do município.

22 INSTALAÇÕES DOS LABORATÓRIOS

O laboratório de informática está instalado em uma privilegiada área, é servido por 25 microcomputadores, contendo gravador de DVD, todos com teclado, mouse e monitor, distribuídos de forma a atender ao uso individual ou em dupla.

23 AUTOAVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO INSTITUCIONAL

A autoavaliação é um fator fundamental para a garantia da qualidade. Somente através de um rigoroso e contínuo processo de auto-avaliação as instituições de Ensino Superior poderão responder às demandas que lhe são impostas e exercer a função antecipatória da qual depende a sua sobrevivência no futuro.

Objetivando uma melhor qualidade de ensino, uma integração dos conteúdos programáticos das disciplinas que compõem as diretrizes curriculares dos cursos e serviços oferecidos pela Instituição, há uma conscientização da necessidade de se auto-avaliar, a Faculdade do Tapajós, desde o início de seu funcionamento, envolve-se e preocupa-se com um programa de Avaliação Institucional.

O programa de autoavaliação da Faculdade inclui obrigatoriamente as 10 (dez) dimensões constante no art. 3º da lei nº 10.861:

I - a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II - a política para o ensino, a pesquisa e a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os pro-

cedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III - a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV - A comunicação com a sociedade;

V - as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI - organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII - infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII - planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;

IX - políticas de atendimento aos estudantes;

X - sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

As 10 (dez) dimensões são compostas por três núcleos:

a) básico e comum;

- b) temas optativos;
- c) e outro de documentação, dados e indicadores.

Neste sentido, a lógica que orienta o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) rompe com a verticalidade hierárquica da estrutura universitária (centros, departamentos, cursos) e propõe a lógica das interações horizontais e verticais das atividades-fim e atividade-meio das IES. Essas atividades serão avaliadas em sua especificidade e sua globalidade, tendo como referência o Plano de Desenvolvimento Institucional.

Em síntese, o processo de avaliação institucional é uma ação flexível em permanente construção, o que leva ao redimensionamento do Programa de Avaliação Interna da Faculdade do Tapajós para participar do SINAES.

Torna significativo assinalar que, do ponto de vista da administração da Faculdade do Tapajós, a melhoria da qualidade de suas ações tem como uma de suas prioridades, a implementação das avaliações como processo sistemático, formativo e democrático que favoreça o exercício da cidadania e o aperfeiçoamento do desempenho institucional e dentre as estratégias a avaliação é uma delas.

A Faculdade do Tapajós acredita que uma sistemática de avaliação interna deve ser entendida como um mecanismo que propicie e disponibilize informações para melhorar o seu desempenho acadêmico, garanta a eficiência administrativa e, por esse caminho, ajude na manutenção da academia como espaço público. Com esse entendimento, a Faculdade do Tapajós chama a atenção para o significado público da educação desenvolvida pelas instituições superiores de ensino. Nesse contexto, a avaliação insere-se num campo mais amplo do que o de um trabalho isolado junto aos segmentos que sustentam a academia – docente, aluno e técnicos, envolvendo também a comunidade ao seu entorno.

Com a finalidade de executarmos o acompanhamento sistemático dos objetivos, elaboramos um sistema de autoavaliação da Instituição que compreende a verificação e a avaliação propriamente dita.

Na verificação recolhemos os dados referentes sobre o que vamos avaliar. O recolhimento de dados é denominado de verificação. Estamos vendo que a verificação é elemento indispensável para avaliação da Instituição.

Graças à avaliação é possível saber se estamos desenvolvendo conforme o previsto ou não. Em caso negativo, a realimentação fornecida pela avaliação permite saber se perceber se os objetivos são adequados ou inadequação; a existência de deficiências individuais; dificuldades específicas individuais que possam ou não ser superadas; inadequação da orientação.

Em resumo, temos plena consciência de que a avaliação institucional fornece dados capazes de conduzir, quando necessário, ao reajuste da instituição, para que a mesma se torne útil e eficiente para o educando.

Devido à importância que atribuímos à avaliação institucional, temos a Comissão Própria de Avaliação (CPA), em que compete ao seu coordenador à elaboração e execução de um calendário de avaliação institucional, abrangendo o aspecto administrativo e acadêmico.

O juízo avaliativo, elaborado pela CPA é apresentado e discutido na reunião do Conselho, divulgado em murais, que toma as medidas necessárias ao desenvolvimento da Instituição.

23.1 OBJETIVOS GERAIS DAS AVALIAÇÕES

- a) Busca permanente da qualidade de ensino, atualizando-o constantemente.
- b) Educar com qualidade de excelência para formar profissionais que participarão da transformação do Estado do Pará.
- c) Formar uma consciência do valor e da eficácia da avaliação como instrumento promotor de eficiência e qualidade, para os alcances dos objetivos institucionais.
- d) Promover a aglutinação de todos os segmentos da Faculdade do Tapajós em torno da missão, da filosofia e dos objetivos da Instituição.

e) Obter e manter um alto nível de qualidade em todos os serviços prestados pela Instituição.

f) Obter os elementos necessários à tomada de decisão em todas as instâncias.

g) Incorporar a prática avaliativa com vistas a um programa permanente de avaliação integrante do processo administrativo da Instituição.

h) Desenvolver um processo de autoavaliação da Instituição para garantir a qualidade da ação acadêmica.

23.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS DAS AVALIAÇÕES

a) Investir em programas permanentes de treinamento aos professores e funcionários.

b) Incentivar sistematicamente o corpo docente e técnico-administrativo a participarem de Seminários, Congressos, Cursos e Simpósios nacionais e internacionais, na perseguição da qualidade que deseja manter.

c) Estabelecer expectativas de desempenho.

d) Clarificar os objetivos educacionais dos cursos oferecidos pela Instituição, das diretrizes de cursos e dos órgãos de apoio.

e) Identificar as causas pelas quais os resultados esperados não foram alcançados.

f) Obter informações precisas e confiáveis para planejamento acadêmico e para reestruturação de conteúdos programáticos.

g) Otimizar os objetivos dos recursos disponíveis na Instituição.

h) Subsidiar a inovação didático-pedagógica e consolidar o processo de mudança organizacional.

i) Estabelecer programas de Desenvolvimento Organizacional, através do aperfeiçoamento dos docentes.

j) Incentivar e estimular o intercâmbio e cooperação entre unidades administrativas e acadêmicas.

k) Fazer com que a circulação de informação seja objetiva, direta e eficiente.

l) Estabelecer compromissos com a comunidade acadêmica, explicitando as metas do projeto pedagógico e possibilitando revisão das ações acadêmicas.

m) Analisar, propor e implementar mudanças no cotidiano das atividades acadêmicas e gestão, contribuindo para a formulação de projetos institucionais legítimos e relevantes.

23.3 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E DE CURSO

Conforme recomendação milenar “Conhecer-se a si mesmo” é o fundamento de qualquer projeto de autoavaliação. Através desse conhecimento, processos, pessoas, organizações ou instituições podem definir objetivos, direcionar ações, atuar sobre o presente e projetar o futuro.

É nessa perspectiva que o projeto de autoavaliação institucional e de curso da Faculdade do Tapajós pretende avaliar permanentemente o desenvolvimento da instituição e dos cursos em funcionamento. Assim, entende que a implementação desse projeto permitirá o levantamento e sistematização de dados e informações que certamente contribuirão para o processo de planejamento e gestão da instituição e dos cursos, objetivando o alcance da excelência acadêmica.

Desse modo, o projeto de autoavaliação proposto tem pontos de articulação com a autoavaliação institucional da Faculdade do Tapajós que resultará, sem dúvida, no fortalecimento de uma cultura da avaliação. Isto, com certeza, favorecerá o alcance dos objetivos institucionais que visam à construção de uma Faculdade jus-

ta e igualitária, socialmente comprometida, democrática e, sobretudo, através da avaliação, transparente para a sociedade.

A autoavaliação da Instituição e dos cursos são atividades permanentes, tendo como perspectiva a progressiva análise da qualidade da Instituição e dos cursos como um todo e uma institucionalização do processo em médio prazo.

A eficiência da Instituição e dos cursos medidos, com base num roteiro, com diversos aspectos considerados fundamentais à avaliação. O produto final esperado desse processo será uma avaliação sobre a eficiência da instituição e dos cursos, a qualidade da formação dos egressos e sua aceitação pelo mercado de trabalho.

24 ESCRITÓRIO MODELO

RESOLUÇÃO Nº 11/2013

Regulamenta as atividades do Escritório Modelo da Faculdade do Tapajós.

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO E SEDE

Artigo 1º. O Escritório Modelo de Ciências Contábeis da Faculdade do Tapajós - FAT tem a finalidade de dar suporte e complementação às atividades acadêmicas do Curso de Ciências Contábeis, integrando atividades de ensino, prática, pesquisa e extensão na área de Contabilidade.

Artigo 2º. A fim de cumprir com sua finalidade principal, o Escritório Modelo terá seu funcionamento na mesma sede da Faculdade do Tapajós, localizada na Rua Home-ro Gomes de Castro, 597, Bela Vista, no Município de Itaituba Estado do Pará.

CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS

Artigo 3º. O Escritório Modelo de Ciências Contábeis tem como objetivos principais: Proporcionar ao aluno, a oportunidade de familiarizar-se com os aspectos práticos da profissão, a partir dos conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula; a partir dos conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula; Preparar o aluno para enfrentar exigências do mercado de trabalho; Propiciar ao aluno o aprendizado de

atividades que envolvam os recursos de informática, utilizados pelos Contadores no seu dia-a-dia

§ 1º. O Escritório Modelo objetivará a sua função contribuindo para a implantação de políticas e execução de atividades ligadas à área de Contabilidade de interesse social.

§ 2º. O Escritório Modelo procurará valorizar o trabalho de cada participante, professor, pesquisador, acadêmico ou grupo de pesquisa a ele vinculado junto aos departamentos de sua lotação e ainda junto à comunidade externa.

CAPÍTULO III - DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Artigo 4º. O Escritório Modelo de Ciências Contábeis, é parte integrante do organograma da Faculdade do Tapajós – FAT, como um Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Artigo 5º. A estrutura superior do Escritório Modelo é composta de:

- I – Coordenação Geral;
- II – Professores Supervisores – Professores de Laboratório Contábil;
- III – Monitores – Acadêmicos do 7º e 8º períodos

CAPÍTULO IV - DOS SERVIÇOS

Artigo 6º. O Escritório Modelo do Curso de Ciências Contábeis da FAT está preparado para atuar e de fato atua nas áreas:

1. Área Fiscal
2. Área Tributária
3. Área Trabalhista
4. Outros – Abertura, Transferência e Baixa de Empresas
5. Consultoria
6. Palestras
7. Projetos Sociais

CAPÍTULO V - DO CONSELHO CIENTÍFICO

Artigo 7º. Compõem o Conselho Científico:

- I – O Coordenador do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, seu presidentenato, membro do quadro regular de professores do Departamento de contabilidade;

II – O Vice-Coordenador, membro do quadro regular de professores do Departamento de contabilidade;

III – Cinco professores representantes das sub-áreas de conhecimento do Curso de Ciências Contábeis: área de Contabilidade Gerencial, área de Contabilidade Comercial, área de Teoria da Contabilidade, área de Laboratório Contábil I, e área de Laboratório Contábil II e III;

IV – Dois alunos regularmente matriculados no Curso de Contabilidade na Faculdade do Tapajós, com respectivos suplentes, sendo um membro titular e um membro suplente de alunos representantes do sétimo período e oitavo período do curso.

§ 1º. Os membros do Conselho Científico terão os seguintes mandatos:

- a) Os referidos nos incisos I e II de dois anos;
- b) Os referidos nos incisos III e IV, de 03 períodos letivos.

Artigo 8º. Os representantes que não puderem participar das atividades previstas no Conselho serão substituídos nas suas faltas e impedimentos pelos respectivos suplentes.

Artigo 9º. O Conselho Científico se reunirá, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo Coordenador ou por um terço de seus membros titulares.

§ 1º. A convocação da reunião será feita com, pelo menos, 72 horas de antecedência e por escrito.

§ 2º. As deliberações só serão tomadas com a presença da maioria absoluta dos membros.

§ 3º. Nas deliberações do Conselho, o Coordenador terá apenas o voto de qualidade.

Artigo 10. Compete ao Conselho Científico:

I – exercer a direção do Escritório Modelo e definir as suas diretrizes de atuação;

II – aprovar os planos de atuação do Escritório;

III – zelar pelo bom andamento e pela qualidade dos trabalhos realizados pelo Escritório;

IV – julgar os recursos a ele interpostos e deliberar sobre os casos omissos neste regimento, desde que, pela sua natureza, não sejam da competência de outros departamentos da Faculdade

V – aprovar o calendário anual das atividades do Núcleo, elaborado pela Coordenadoria e encaminhá-lo para a apreciação da Diretoria Superintendente.

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 11. A Faculdade do Tapajós contribuirá com a cessão do espaço físico necessário à instalação do escritório e disponibilidade de ramal telefônico, promovendo a conexão na rede de computadores da FAT.

Artigo 12. O mobiliário e os equipamentos indispensáveis ao funcionamento do Escritório serão providenciados pela administração superior da instituição.

Artigo 13. - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação